

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
DA ESTATÍSTICA DE CABO VERDE  
(AGENDA ESTATÍSTICA)  
2012-2016

Com a parceria de:



THE AFRICAN CAPACITY  
BUILDING FOUNDATION | FONDATION POUR LE RENFORCEMENT  
DES CAPACITES EN AFRIQUE

Dezembro de 2012

# ÍNDICE

PREÂMBULO.....	4
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	6
SÍNTESE.....	7
INTRODUÇÃO : CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO.....	14
I. BREVE APRESENTAÇÃO DE CABO-VERDE.....	16
II. DIAGNÓSTICO GERAL DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL.....	18
II-1 DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO ESTATÍSTICA DAS ESTATÍSTICAS PÚBLICAS.....	18
II-1.1. QUADRO JURÍDICO, INSTITUCIONAL, ORGANIZACIONAL E DE COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA.....	18
II-1.2. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL, JURÍDICO E DE COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA.....	20
II-1.3. MISSÃO E DOMÍNIO DE COMPETÊNCIA DAS ESTRUTURAS E FONTES DE DADOS.....	23
II-1.3.1. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS.....	23
II-1.3.2. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS.....	26
II-1.3.3. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE.....	27
II-2 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DA PRODUÇÃO ESTATÍSTICA.....	28
II-3. ANÁLISE DA PROCURA E DA OFERTA ESTATÍSTICA.....	31
II-3.1 ANÁLISE DA PROCURA ESTATÍSTICA.....	32
II-3.1.1 Os compromissos externos em matéria de estatísticas ao nível sub-regional e regional.....	33
II-3.1.2 Os compromissos externos em matéria de estatística ao nível internacional.....	33
II-3-2 : ANÁLISE DA OFERTA ESTATÍSTICA.....	34
II-3.2.1 : ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE A OFERTA E A PROCURA.....	34
II-4. ANÁLISE / APRECIACÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS.....	36
II-5. ANÁLISE DOS PROBLEMAS TRANSVERSAIS DO SEN.....	37
II-5.1 : Desconcentração e Descentralização.....	37
II-5.2. Género.....	38
II-5.3 Financiamento.....	38
II- 6. DESEMPENHO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL.....	39
II - 7. PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS.....	41
III. VISÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	44
III-1. MISSÃO DO SEN.....	44
III-2. VALORES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SEN: OS DIFERENTES PRINCÍPIOS.....	44
III-3. AS APOSTAS E OS DESAFIOS.....	50
III-4. A VISÃO.....	51
III-5. O OBJECTIVO GLOBAL.....	51

III-6. OS EIXOS ESTRATÉGICOS.....	52
IV. AS PRINCIPAIS EXPECTATIVAS DA ENDE .....	56
IV-1. AO NÍVEL DA POLÍTICA NACIONAL.....	56
IV-2. A NÍVEL DOS COMPROMISSOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS.....	56
IV-3. AO NÍVEL DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES .....	57
IV-4. AS PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ENDE 2012-2016 .....	58
V. OS PLANOS DE ACÇÕES.....	60
VI. O FINANCIAMENTO DA ENDE.....	61
VI-1. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO .....	61
VI-2. PLANO DE FINANCIAMENTO DA ENDE .....	64
VI-3. MECANISMO E ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS .....	67
VII. O DISPOSITIVO DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO.....	68
VII-1. OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES .....	68
VII-2. COORDENAÇÃO E PILOTAGEM DA ENDE .....	69
VII-2.1 AS ESTRUTURAS DESENVOLVIDAS.....	69
VII-3. OS ELEMENTOS DE BASE DE SEGUIMENTO E DE AVALIAÇÃO DA PILOTAGEM DA ENDE .....	71
VII-3.1. OBJECTIVOS E RESULTADOS ESPERADOS DO SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA ENDE.....	71
VII-3.2 FERRAMENTA DE SEGUIMENTO - AVALIAÇÃO .....	71
VII-3.1.3 REVISÃO DA ENDE E ELABORAÇÃO DE UMA NOVA ENDE.....	72
VII-4 RISCOS E ESTRATÉGIA DE GESTÃO .....	73
CONCLUSÃO .....	75
BIBLIOGRAFIA .....	77
ANEXOS .....	78
ANEXO 1 : Quadro nº7 : Plano de acção operacional (orçamentação em ECV das actividades por ano) .....	78
ANEXO 2 : Quadro nº8: Principais produções estatísticas no decorrer da implementação da Agenda estatística 2006-2011.....	96
ANEXO 3: Quadro 9 : Produção estatística, Periodicidade e data de publicação.....	97
ANEXO 4: Caixa nº2 : Princípios fundamentais da estatística oficial .....	98
ANEXO 5 : Processos de elaboração da ENDE.....	101
ANEXO 6 : Quadro nº10 : Principais necessidades cobertas pela implementação da Agenda estatística 2006-2011 .....	104
ANEXO 7 :Quadro nº11 : Lista das estruturas que participaram na elaboração da ENDE .....	105

## PREÂMBULO

A instauração da democracia, bem com o seu aprofundamento exige o desenvolvimento da boa governação, da luta contra a pobreza, num contexto de globalização das economias e dos intercâmbios através do desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação. Nesta perspectiva, a comunidade internacional desenvolveu importantes esforços na harmonização das ferramentas e dos métodos estatísticos, visando o acompanhamento da transformação económica e social, interpelando assim os Sistemas Estatísticos Nacionais relativamente à produção estatística.

Perante esta situação, o sistema estatístico nacional deve produzir regularmente dados estatísticos fiáveis, abundantes e variados, com eficiência, transparência e equidade, e que estejam ao alcance dos utilizadores, para a elaboração, a implementação e o seguimento e avaliação das políticas públicas e respectivos programas.

É neste contexto que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE) para o período 2012-2016 foi elaborada na sequência da Agenda Estatística implementada no decorrer do período 2006-2011 e cujos resultados alcançados permitiram reforçar a capacidade do SEN.

Dá-se assim cumprimento ao artigo 18.º, alínea a) que preceitua que compete ao Conselho Nacional de Estatística *Definir as directrizes gerais da actividade estatística oficial e estabelecer as respectivas prioridades, numa perspectiva de médio prazo.*

A abordagem participativa que acompanhou o processo de elaboração da ENDE pode ser certamente apreciada graças à mobilização de todos os actores do Sistema Estatístico Nacional, utilizadores e produtores de dados e parceiros técnicos e financeiros.

Queremos também manifestar a nossa profunda gratidão às autoridades nacionais pelo apoio e incentivo aquando da elaboração da ENDE 2012-2016, bem como aos parceiros técnicos e financeiros, cujo apoio tem sido constante em todas as etapas.

Queremos fazer uma menção especial ao Centro de Políticas Estratégicas (CPE), e através do projecto Strategic Transformation Policy Center (STPC) – financiado pela Fundação Africana de Reforços de Capacidade em Africa (ACBF), cujo apoio financeiro e toda assistência foi determinante para a elaboração da *Situação e Análise Diagnóstica do Sistema Estatístico Nacional*, bem como a elaboração deste importantíssimo documento para o Sistema Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (SEN).

Queremos agradecer fortemente à Direção do INE, ao seu presidente, ao coordenador da Agenda Estatística, aos funcionários do Instituto, aos Órgãos Delegados do INE (ODINE) e às outras instituições que colaboram para o bom desenrolar dos trabalhos de elaboração da ENDE.

O documento ora produzido é o resultado de esforços combinados dos actores do SEN num bom ambiente que sempre caracterizou a conduta do trabalho.

O Conselho Nacional de Estatística, na sua 1ª reunião Extraordinária do ano 2013, realizada em Fevereiro, analisou a proposta da "Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística 2012-2016", documento orientador do SEN e de discussão do Governo com os parceiros e deliberou no sentido da sua aprovação.

Trata-se de um documento que engaja todos os produtores e utilizadores de dados, o Governo e os parceiros técnicos e financeiros, e, neste sentido, mecanismos serão identificados para a mobilização de recursos financeiros necessários para o financiamento e implementação desta Estratégia a fim de alcançar os objectivos fixados.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BDEO	Base de Dados de Estatísticas Oficiais
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África de Oeste
CILSS	Comité Inter Estados de Luta contra a Seca no Sahel
CNEST	Conselho Nacional da Estatística
CPE	Centro de Políticas Estratégicas
DCNEE	Direcção das Contas Nacionais e Estatísticas Económicas do INE
DGCI	Direcção Geral da Cooperação Internacional
DNP	Direcção Nacional do Planeamento
DGT	Direcção Geral do Trabalho
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DEDS	Direcção das Estatísticas Demográficas e Sociais do INE
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
MS	Ministério da Saúde
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade da Informação
ODINE	Órgãos Delegados do INE
OMD	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
OPES	Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo -Verde
PARIS21	Parceria para o Desenvolvimento da Estatística no século XXI
PIB	Produto Interno Bruto
PTF	Parceiros Técnicos e Financeiros
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores de Base do Bem-Estar
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
SGDD	Sistema Geral de Divulgação dos Dados
SNU	Sistema das Nações Unidas
SEN	Sistema Estatístico Nacional
UE	União Europeia

## SÍNTESE

A informação estatística é um bem essencial para o exercício da democracia e como tal o Governo iniciou reformas no Sistema Estatístico Nacional para o tornar mais eficiente e para poder, deste modo, responder às necessidades de dados estatísticos para a elaboração, a implementação, o seguimento e avaliação das políticas e dos programas de desenvolvimento. Importantes esforços foram feitos até 2006 a favor do SEN, mas os resultados obtidos foram insuficientes.

Por isso, em 2006, o Governo, com o apoio dos seus parceiros técnicos e financeiros, desenvolveu uma Agenda Estatística para o período 2006-2011, cuja realização permitiu aumentar, sensivelmente, o desempenho do Sistema Estatístico Nacional ao nível institucional, da melhoria no domínio da produção estatística e análise de dados, da comunicação e divulgação dos dados, e finalmente no domínio do reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras.

### 1. ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO SEN

A análise diagnóstica do Sistema Estatístico Nacional diz respeito ao quadro jurídico, institucional e da coordenação, à produção estatística, comunicação e divulgação dos dados, aos recursos humanos, materiais e financeiros.

- Ao nível do quadro jurídico, os principais resultados alcançados são:
  - A aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional em Março de 2009 pela Assembleia Nacional;
  - Os Estatutos do INE em Fevereiro de 2012;
  - A Operacionalização do Conselho Nacional de Estatística;
  - Os Estatutos do Conselho Nacional de Estatística (CNEST) em Fevereiro de 2012 e o seu Regulamento Interno em Março de 2010;
  - O Regulamento da Realização de Inquéritos Estatísticos por Entidades Públicas em Fevereiro de 2012;
  - O Regulamento do Processo das Contraordenações Estatísticas em Junho de 2012;
  - O Regulamento da Recolha Directa Coerciva de Informações Estatísticas em Junho de 2012;
  - O Regulamento da Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico em Maio de 2010;
  - O Código de Ética dos Profissionais de Estatísticas Oficiais de Cabo Verde em Maio de 2010;

- A criação dos órgãos Delegados do INE (ODINE) em 2012;
- Foram já elaborados pelo INE em 2012 os seguintes projectos de Normativos Complementares dos Estatutos do INE, que aguardam a constituição do Conselho de Administração para os apreciar e submeter à aprovação do Governo:
  - Estatuto do Pessoal;
  - Quadro Privativo de Pessoal;
  - Regulamento das Carreiras Profissionais;
  - Sistema de Remunerações;
  - Regulamento sobre a Estruturação, as Atribuições e o Funcionamento dos Serviços;
  - Regulamento do Horário de Trabalho.

Todavia, é de notar algumas insuficiências neste domínio, nomeadamente :

- A ausência de secções especializadas permanentes no CNEST;
  - Uma sub-representatividade do INE no CNEST ;
  - Ausência de uma Direcção de coordenação no INE, que apoie o CNEST;
  - Fraca descentralização do INE nos Ministérios sectoriais;
  - Não representação do INE nas ilhas ou municípios (serviços descentralizados).
- Ao nível da produção estatística

A oferta das estatísticas cobre de forma satisfatória a procura nesta área. Com efeito, os diferentes Recenseamentos Gerais da população e Habitação realizados com regularidade desde 1960, sendo o último, o IVº RGPH de Junho de 2010, os dados dos inquéritos Demográficos e de Saúde de 1998 e 2005, as projecções demográficas que são feitas e actualizadas com os dados do último Recenseamento da População permitiram satisfazer, em grande parte, a procura de informação.

As estatísticas sobre as condições de vida e a pobreza foram fornecidas através da realização dos QUIBB de 2006 e 2007 que permitiram o cálculo dos índices de pobreza.

A produção das Contas Nacionais anuais regista um atraso, devido a complexidade técnica aliada à necessidade de adequar as Contas ao novo SCN93 e mudança do ano de base de 1968 para 1980. O índice dos preços no consumidor é fornecido todos os meses e a base do índice foi alterada em 2007.

A análise da procura e da oferta estatística revela um desequilíbrio significativo. Este desequilíbrio é pronunciado particularmente ao nível das estatísticas de fontes administrativas: estatísticas do sector agrícola, registo civil, estatísticas de segurança e justiça, ambiente, pesca (artesanal), desporto, lazer e cultura, estatísticas das migrações, os acidentes de trânsito e os conflitos laborais.

## 2. DESEMPENHO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

### • AS APOSTAS E AS FORÇAS

As principais forças ou apostas do SEN são, de forma resumida:

- A vontade política do Estado, em financiar as actividades estatísticas através do Orçamento do Estado e da mobilização dos parceiros técnicos e financeiros;
- A aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional e a instalação dos órgãos do CNEST, com a nomeação do Presidente e dos respectivos membros;
- A implementação de uma Agenda Estatística para o período 2006-2011;
- O desenvolvimento e a melhoria da produção estatística ao nível do INE e de alguns Órgãos Delegados;
- A satisfação dos principais utilizadores nacionais e internacionais de dados estatísticos.

### • AS FRAQUEZAS

As principais fraquezas do SEN são, de forma resumida :

- Ausência de desconcentração geográfica do INE nas outras ilhas ou municípios;
- Fraqueza da coordenação das actividades estatísticas e da gestão da Agenda Estatística;
- Ausência de programas de actividades anuais e plurianuais do Sistema Estatístico Nacional;
- Insuficiência do dispositivo de seguimento e avaliação das actividades do SEN;
- Insuficiência da análise de dados de inquéritos e de valorização dos dados;
- Fracas capacidades de tratamento, e de análise de dados a níveis sectorial e regional;
- Divulgação insuficiente dos dados existentes;
- Ausência de estratégia de formação dos quadros estatísticos nas escolas de estatística e da formação no País, dos quadros intermédios e dos não estatísticos.

## • AS OPORTUNIDADES

As oportunidades que podem apresentar -se ao SEN são:

- A promoção da gestão orientada para os resultados;
- A melhoria do ambiente institucional propiciado pela nova lei do Sistema Estatístico Nacional e os seus textos de aplicação;
- A boa atenção que os parceiros técnicos e financeiros, que são ao mesmo tempo utilizadores da produção estatística, têm em relação ao SEN,
- Um clima propício ao reforço das capacidades do SEN, criado no plano internacional por várias iniciativas internacionais (AFRISTAT, Paris21, BAD, etc.);
- O seguimento do quadro estratégico de luta contra a pobreza e dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, que coloca a estatística no centro das preocupações das autoridades políticas e administrativas;
- O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e de Comunicação ;
- A existência da Carta Africana da Estatística que o País precisa ratificar;
- A implementação do UNDAF para o período 2012-2016.
- A implementação do DECRP-III para o período 2012-2016.

## • AS AMEAÇAS

As principais ameaças que podem entravar o desenvolvimento harmonioso do SEN são:

- A dependência de algumas estruturas do SEN de financiamentos externos ;
- O risco de mobilidade dos quadros superiores estatísticos do SEN;
- Um risco institucional que pode diminuir o engajamento do Estado para o desenvolvimento da estatística;
- Uma instabilidade da tutela administrativa (vínculo institucional) dos serviços estatísticos sectoriais nos ministérios;
- A mobilidade das estruturas estatísticas sectoriais (mudança de nível hierárquico das estruturas estatísticas, seja de serviço para Direcção ou vice-versa);
- A insuficiente motivação do pessoal das estruturas do SEN;
- A ausência de certificação da formação ou de formação contínua dos quadros estatísticos para assegurar a continuidade.

A análise dos problemas relacionados com o quadro institucional, legal e de coordenação estatística, a produção estatística, a comunicação, divulgação e a utilização de dados, bem como os problemas relacionados com os recursos humanos e materiais, serviu de base para a orientação da visão e a definição dos objectivos, no quadro da elaboração desta Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística para o período 2012-2016.

### 3. VISÃO E ORIENTAÇÕES ESTRÁTEGICAS

No quadro da Agenda Estatística de 2012-2016, as apostas e os desafios a enfrentar com vista a um melhor desempenho do Sistema Estatístico Nacional de Cabo Verde são importantes. Para este efeito, as seguintes orientações vão permitir a consolidação dos ganhos ou vantagens, atenuar as fraquezas, afastar as ameaças e aproveitar as oportunidades:

- Uma melhoria do quadro legal, institucional e a coordenação estatística;
- Um desenvolvimento da produção estatística ao nível sectorial, nacional e regional;
- O desenvolvimento de uma política de divulgação dos dados para o conjunto do SEN;
- A promoção de uma cultura estatística e da utilização dos dados;
- A melhoria dos recursos humanos em quantidade e em qualidade e da sua gestão a favor do SEN (INE e os Órgãos Delegados);
- O reforço do SEN em recursos materiais;
- A sustentabilidade do financiamento das actividades do SEN.

#### 3.1. A VISÃO

Num contexto marcado pela globalização e a integração das economias, o SEN deve produzir dados estatísticos fiáveis, actualizados e de qualidade, comparáveis ao nível regional e internacional.

Nesta perspectiva, a visão do Governo é dotar Cabo Verde **"em 2016, de um Sistema Estatístico eficaz, que permitirá a produção e divulgação de forma sustentada, de estatísticas fiáveis, transparentes, comparáveis a nível internacional, no âmbito da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento económico e social."**

#### 3.2. O OBJECTIVO GLOBAL

O objectivo global estabelecido pelo SEN no horizonte 2016 é fornecer aos utilizadores dados estatísticos fiáveis, actualizados e de qualidade, suficientemente analisados e cobrindo as diversas áreas, para a concepção, a implementação, o seguimento e a avaliação dos programas e das políticas de desenvolvimento na vida económica e social, nomeadamente para o seguimento dos OMD.

Para se atingir o objectivo geral, foram identificados os seguintes objectivos específicos:

- Reforçar a coordenação estatística, técnica e administrativa no seio do SEN;
- Reforçar os aspectos institucionais e organizacionais do SEN;
- Melhorar a produção estatística do SEN;
- Reforçar as capacidades técnicas, materiais e financeiras dos ODINES e de outros serviços de estatísticas sectoriais;
- Desenvolver a cultura estatística através da promoção e do uso de dados estatísticos;
- Reforçar a capacidade humana, nomeadamente de quadros estatísticos.

#### 4. OS EIXOS ESTRATÉGICOS

A fim de consolidar e sustentar os ganhos da Agenda Estatística anterior, o Governo comprometeu-se a elaborar uma nova Agenda Estatística para o período 2012-2016, designada Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística de Cabo Verde (ENDE-CV 2012 – 2016), articulado em torno dos quatro eixos estratégicos seguintes:

Eixo 1: Consolidação do quadro legal, institucional e de coordenação estatística;

Eixo 2: Melhoria da produção estatística e da análise dos dados;

Eixo3: Promoção da comunicação, divulgação e utilização dos dados;

Eixo 4: Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiros.

#### 5. OS PLANOS DE ACÇÃO

A implementação da visão desejada pelo SEN será feita através da realização dos objectivos estratégicos delineados nos quatro eixos estratégicos já definidos.

Deste modo, em 2016, o SEN terá um quadro legal e institucional mais reforçado, com um sistema dinâmico de coordenação técnica e jurídica. A produção estatística será melhorada e haverá uma utilização mais acrescida dos dados estatísticos disponíveis nos vários domínios da vida económica e social. Além disso, as capacidades do SEN serão reforçadas com mais recursos humanos e financeiros.

#### 6. O FINANCIAMENTO DA ENDE

A estimativa dos custos das actividades foi feita pelas próprias estruturas de estatísticas, identificando para o efeito as actividades para o período 2012-2016, tendo em conta as suas experiências anteriores.

O custo da ENDE não inclui o funcionamento corrente das estruturas da estatística, ou seja, os salários, os consumíveis e outras despesas de funcionamento que são suportadas pelo orçamento anual do Estado.

O custo da ENDE 2012-2016 é de **dois mil milhões, duzentos e vinte e três milhões, vinte e dois mil e cem e dois Escudos (2.223.022.102 ECV), o que corresponde a 20.160.723 Euros.**

Os custos por eixos são:

- O eixo estratégico nº1 «Consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional» é de trinta e dois milhões e novecentos mil Escudos (32.900.000 ECV), o que corresponde a 298.372,1 Euros; ou seja, 1,48% do orçamento global da ENDE
- O eixo estratégico nº2 «Melhoria da produção estatística e da análise dos dados» custa **mil milhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis (1.245.754.436 ECV) Escudos**, correspondendo a **11.297.822,8 Euros** ou seja 56,04% do orçamento da ENDE ;
- O eixo estratégico nº3 «Promoção da comunicação, difusão e utilização dos dados» custa **quatrocentos e quarenta e nove milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e trinta e dois Escudos (449.906.532 ECV)**, correspondendo a 4.080.229,7 Euros ou seja, 20,24% do orçamento global ;
- Finalmente, o eixo estratégico nº4 «Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiros» tem o custo de **quatrocentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cento e trinta e quatro Escudos (494.461.134 ECV)**, o que corresponde a 4.484.298,1 Euros ou seja 22,24% do orçamento global.

## 7. O DISPOSITIVO DE IMPLEMENTAÇÃO E DE AVALIAÇÃO

A pilotagem da ENDE é baseada num dispositivo que engloba os seguintes níveis:

- (i) Os serviços estatísticos sectoriais nos ministérios, ou ODINE que representam o primeiro nível;
- (ii) O Instituto Nacional da Estatística (INE) com uma dupla função, a saber o órgão central do SEN e o secretariado do CNE;
- (iii) O Conselho Nacional de Estatística ;
- (iv) O Conselho de Ministros ou o Governo.

## INTRODUÇÃO : CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

Dados estatísticos de qualidade são necessários para a tomada de decisão ao nível do Governo, a fim de assegurar a boa gestão da economia, e ao nível dos actores privados, na execução das suas atividades.

No quadro da elaboração, execução, monitoramento e avaliação da Estratégia de Redução da Pobreza e do seguimento dos OMD, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) tem por missão a produção de dados fiáveis e actualizados em todos os sectores da vida económica e social.

A emergência de novas necessidades de dados estatísticos (procura estrutural e conjuntural) exige um reforço das capacidades do SEN com vista a responder a estes desafios.

Cabo Verde dispõe de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística denominada **Agenda estatística 2006-2011**, que compreende um plano de actividades estatísticas, um plano de formação dos recursos humanos, um plano tecnológico e um plano de reforço institucional. Esta ENDE, inicialmente prevista para o período 2006-2010, foi alargada para o período 2006-2011. O plano de reforço institucional permitiu a aprovação da nova Lei do Sistema Estatístico Nacional, Lei n.º 35/VII/2009, de 2 de Março, seguindo-se a revisão dos Estatutos do INE, a nomeação dos membros do Conselho Nacional de Estatística (CNEST), a formação do pessoal do INE e dos demais Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais (OPES). Os textos de aplicação da lei do SEN foram apreciados pelo CNEST, aprovados pelo Governo e publicados no *Boletim Oficial*.

De uma maneira geral, as operações estatísticas principais previstas ao longo do período 2006-2010 foram realizadas, nomeadamente o IVº Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH-IVº), em Junho de 2010.

Uma avaliação a meio-percurso da Agenda foi realizada por uma missão conjunta do PARIS21, da CEA, do EUROSTAT e do Banco Mundial, em Dezembro de 2010. Foram feitas recomendações para facilitar a execução das actividades previstas para o período ainda por cobrir e também recomendações a respeito da **elaboração da próxima ENDE** que cobrirá o período 2012-2016, de modo a alinhar-se às prioridades nacionais em matéria de dados estatísticos do próximo documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III), do UNDAF 2012-2016 (United Nations Development Assistance Framework \_ Quadro de Assistência ao Desenvolvimento, das Nações Unidas), da nova

Convenção Cabo Verde – União Europeia para o período 2012-2014 e do Quadro de Despesas a Médio Prazo.

Além disso, a elaboração da nova Agenda Estatística inscreve-se nas áreas transversais como o aprofundamento da democracia, a descentralização e a desconcentração da Administração Pública, as novas orientações e prioridades para a política económica, a satisfação das exigências da estratégia de crescimento e redução da pobreza, a globalização do comércio e as necessidades de harmonização dos métodos e das ferramentas estatísticas. Nos níveis regional e sub-regional, uma coordenação estatística muito dinâmica foi conseguida nos últimos anos em algumas áreas de actividade estatística, através das organizações de que Cabo Verde é membro, nomeadamente: (i) o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com o programa de Comparação Internacional dos preços e da contabilidade nacional; (ii) a CEDEAO, com o programa ECOSTAT e o CILSS.

Para este efeito, o CNEST decidiu elaborar uma nova «Agenda Estatística» que levaria em consideração as recomendações da avaliação a meio-percurso e as fraquezas detectadas durante a sua execução.

Esta nova estratégia deverá permitir a produção de estatísticas prioritárias, garantir a acessibilidade e igualmente a criação das condições da sua sustentabilidade, com o reforço dos recursos humanos.

A elaboração propriamente dita da Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE 2012-2016) passou pelas seguintes etapas consecutivas :

- Realizar as actividades preparatórias;
- Fazer o ponto da situação e estabelecer o diagnóstico do SEN e o balanço da Agenda Estatística 2006-2011;
- Fixar a visão e os objectivos estratégicos (em termos de resultados a atingir, produtos a fornecer e meios a mobilizar);
- Elaborar o programa das acções para 2012-2016 que permitam atingir os objectivos estratégicos definidos.

A ENDE 2012-2016 foi desenvolvida com base na análise diagnóstica dos problemas identificados e das apostas e desafios a ultrapassar. Para o efeito, a nova ENDE articula-se em torno dos quatro eixos estratégicos seguintes: (1) a consolidação do quadro legal, institucional e coordenação estatística; (ii) a melhoria da produção estatística e da análise dos dados; (iii) a promoção da comunicação, divulgação e utilização dos dados; (iv) o reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e

financeiros. Além disso, planos de formação, de difusão, bem como um plano tecnológico foram elaborados para essa finalidade. A elaboração desta ENDE sustentou-se numa abordagem sectorial e participativa, especialmente em relação à identificação das actividades e a sua orçamentação.

O presente documento compreende os seguintes pontos :

- (i) Um breve resumo sobre Cabo-Verde ;
- (ii) Um diagnóstico geral do SEN;
- (iii) A visão e orientação estratégica;
- (iv) As principais expectativas do SEN;
- (v) Os planos de acção ;
- (vi) O financiamento da ENDE ;
- (vii) O dispositivo de seguimento avaliação.

## I. BREVE APRESENTAÇÃO DE CABO-VERDE

A República de Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas, das quais nove são habitadas mais oito Ilhéus, todas de origem vulcânica, cobrindo uma superfície de 4033 km<sup>2</sup>. Localizadas na costa Atlântica, a cerca de 500 km a oeste do Senegal, as Ilhas de Cabo Verde estendem-se entre os paralelos 17 ° 12,5 e 14 ° 48' de latitude norte e os meridianos 22 ° 44 ' e 25 ° 22' de longitude oeste de Greenwich.

O clima é propício para o desenvolvimento de actividades '*ao ar livre*', com a oferta de sol e praia. A escassez de recursos naturais representa um grande constrangimento. A Zona Económica Exclusiva estende-se por cerca de 700.000 km<sup>2</sup>

País do Sahel, Cabo Verde tem um clima tropical seco, com uma estação chuvosa de Julho a Outubro, muitas vezes distribuída de forma desigual. A capital do País é a cidade da Praia, localizada na ponta sul da ilha de Santiago e alberga cerca de um quarto da população

Independente desde 5 de Julho de 1975, Cabo Verde viveu durante quinze anos sob a égide do PAICV, em regime de partido único.

Desde 1991, o País está envolvido num processo democrático. Pode-se notar que o jogo político é saudável, o que teve como resultado a estabilidade das grandes instituições, a

credibilidade do processo democrático e o exercício das liberdades civis e direitos políticos. Eleições presidenciais e legislativas foram realizadas em condições justas e transparentes, pontuado de alternância democrática.

Com a mudança de regime em 1991 e a adopção de uma nova Constituição em 1992, o País enveredou-se por uma economia de mercado baseada no sistema privado. Durante esse período, as empresas públicas foram privatizadas. Grandes investimentos nas infraestruturas económicas foram realizados, assim como na promoção do ambiente de negócios. O sector empresarial conheceu uma dinâmica notável e, acima de tudo, o país tem-se tornado num destino para os investimentos estrangeiros, particularmente no domínio do turismo. Cabo Verde tornou-se também num destino turístico popular, com o número de turistas a aumentar regularmente (37.000 em 1997, cerca 313.000 em 2007, 381.000 em 2010 e 475.000 em 2011).

País de emigração, Cabo Verde tem uma população residente de 491.875 habitantes (RGPH 2010), dos quais 50,5 % são mulheres. A população urbana representa 61,8% de acordo com o recenseamento.

O escudo Cabo-Verdiano é a moeda nacional e tem uma taxa fixa face ao euro: um Euro vale 110.265 unidades da moeda nacional, nos termos de um acordo de cooperação cambial com Portugal na segunda metade dos anos noventa.

Cabo Verde é um país com uma economia baseada no mercado privado, que é o principal motor da economia. O investimento directo estrangeiro conheceu um crescimento sustentado de ano para ano em diferentes sectores de actividades, especialmente o turismo.

Isto consolidou a estabilidade macroeconómica e os investidores estrangeiros privados estão cada vez mais confiantes. Como resultado, o Governo lançou um programa de transformação de Cabo Verde, com reformas em vários sectores, especialmente nas infraestruturas (estradas, portos, aeroportos, água, saneamento e electricidade), na educação, com um forte investimento no ensino superior mas também na criação de escolas profissionais. O Governo tem investido fortemente em novas tecnologias de informação e comunicação.

O País optou em Janeiro de 2008, pela sua inclusão no grupo de países de rendimento médio (PRI). A economia cresceu a uma média de 6% ao ano. No espaço de uma década, o PIB foi multiplicado por 3 e o PIB /capita subiu de USD 902 em 1990 para 1281 USD em 2000, 1957 USD em 2004 e 3159 em 2008.

## II. DIAGNÓSTICO GERAL DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

A análise diagnóstica do Sistema Estatístico Nacional constitui uma etapa imprescindível no processo de elaboração de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística. Permite fazer o balanço diagnóstico do SEN e o seu desempenho em termos de produção, análise e satisfação das necessidades dos utilizadores, assim como a identificação dos grandes problemas. Este diagnóstico visou apresentar os principais pontos fortes internos do Sistema, as suas fraquezas mais salientes, as ameaças externas que podem incidir sobre o seu desenvolvimento e as oportunidades a aproveitar, em conformidade com a grelha de análise AFOM (Apostas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

### II-1 DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO ESTATÍSTICA DAS ESTATÍSTICAS PÚBLICAS

#### II-1.1. QUADRO JURÍDICO, INSTITUCIONAL, ORGANIZACIONAL E DE COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA

A implementação da Agenda Estatística 2006-2011 permitiu a realização de actividades no domínio jurídico, institucional e de coordenação estatística em Cabo Verde. Entre os principais resultados conseguidos, podemos destacar:

Ao nível do quadro jurídico, os principais resultados alcançados são:

- A aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional em Março de 2009 pela Assembleia Nacional ;
- Os Estatutos do INE em Fevereiro de 2012;
- A Operacionalização do Conselho Nacional de Estatística;
- Os Estatutos do Conselho Nacional de Estatística (CNEST) em Fevereiro de 2012 e o seu Regulamento Interno em Março de 2010;
- O Regulamento da Realização de Inquéritos Estatísticos por Entidades Públicas em Fevereiro de 2012;
- O Regulamento do Processo das Contraordenações Estatísticas em Junho de 2012;
- O Regulamento da Recolha Directa Coerciva de Informações Estatísticas em Junho de 2012;
- O Regulamento da Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico em Maio de 2010;

- O Código de Ética dos Profissionais de Estatísticas Oficiais de Cabo Verde em Maio de 2010;
- A criação dos órgãos Delegados do INE (ODINE) em 2012;
- Foram já elaborados pelo INE em 2012 os seguintes projectos de Normativos Complementares dos Estatutos do INE, que aguardam a constituição do Conselho de Administração para os apreciar e submeter à aprovação do Governo:
  - Estatuto do Pessoal;
  - Quadro Privativo de Pessoal;
  - Regulamento das Carreiras Profissionais;
  - Sistema de Remunerações;
  - Regulamento sobre a Estruturação, as Atribuições e o Funcionamento dos Serviços;
  - Regulamento do Horário de Trabalho.

No âmbito da melhoria da coordenação estatística, o Governo procedeu à reestruturação do CNEST com a nomeação do seu Presidente e dos respectivos membros. O Conselho Nacional de Estatística é composto de 28 membros oriundos do sector público, do sector privado, das ONG, dos sindicatos, das universidades (50% vindos do sector público e 50% do sector privado e outros), nomeados por despacho do Primeiro-Ministro. Para a melhoria da coordenação estatística e para assegurar o seu funcionamento, o seu presidente foi nomeado por Resolução do Conselho de Ministros.

O secretariado do CNEST é assegurado por um funcionário superior do INE e beneficia do apoio do presidente desse instituto.

O CNEST e o INE estão sob a tutela do Primeiro-ministro e por delegação, da Ministra das Finanças e do Planeamento. Os membros do Conselho foram nomeados pelo Primeiro-Ministro.

O CNEST funciona normalmente desde Março de 2010 e realizou a sua primeira sessão ordinária nesse mesmo mês, ou seja só um ano após a aprovação da Lei do SEN.

O CNEST dispõe de um Regulamento Interno que rege o seu funcionamento. Além disso, participa regularmente em actividades relacionadas como a comemoração dos dias Africano e Mundial da Estatística.

## II-1.2. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL, JURÍDICO E DE COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA

### II-1.2.1. Ao nível do CNEST

O CNEST não dispõe de secções especializadas no tratamento de dossiers específicos, nem de secções que podem ser instaladas em função das necessidades e dos problemas a resolver de acordo com as circunstâncias. Reúne-se duas vezes por ano em reuniões ordinárias e em reuniões extraordinárias, e as suas deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes. O secretariado do CNEST funciona relativamente bem.

Nota-se igualmente uma sub-representatividade do INE nas reuniões do CNEST, nomeadamente a não participação do responsável pela coordenação da Agenda Estatística no secretariado do CNEST.

Além disso, o CNEST não dispõe de um orçamento próprio, sendo o seu orçamento integrado no orçamento do INE. O CNEST funciona no mesmo edifício, sede do INE, visto que não dispõe de instalações próprias.

### II-1.2.2. Ao nível do INE

A coordenação estatística ao nível do INE é assegurada pelas Direcções. No domínio das estatísticas sociais, a Direcção que delas se encarrega, assegura a coordenação, a harmonização dos métodos e indicadores com as estruturas estatísticas sectoriais. Esta mesma Direcção, que é responsável pela elaboração, execução e seguimento e avaliação da Agenda Estatística não está envolvida nas actividades do CNEST.

A Direcção de Métodos e Gestão da Informação (DGMI) assegura a harmonização das metodologias e a difusão da informação, incluindo a colocação das informações estatísticas na página WEB do INE. No entanto, verifica-se uma fragilidade em termos de concertação com as outras direcções do INE. A este nível, um quadro de concertação deveria ser adoptado e incluiria um representante de cada Direcção de produção, o seu responsável seria encarregado da validação dos dados, a fim de evitar a discrepância das informações publicadas no site.

A principal dificuldade advém da falta de uma estratégia eficaz de actualização e de validação dos dados.

A Agenda Estatística constitui igualmente um instrumento de coordenação estatística. A este título, é importante que o CNEST participe de forma activa na sua elaboração e que esteja apoiada por uma estrutura do INE nas actividades de elaboração, seguimento e execução da ENDE, na produção dos relatórios de actividades anuais e programas de actividade plurianuais.

Com efeito, para o desenvolvimento das actividades do CNEST (preparação dos programas e dos relatórios de actividades, organização e realização das diferentes sessões, animação das secções estatutárias, gestão da agenda estatística, autorização para efectuar inquéritos, etc.), é necessário criar uma estrutura no seio do INE (Direcção de Planificação e Coordenação), com a função de coordenar as actividades estatísticas, a harmonização e a gestão da Agenda Estatística em apoio ao presidente do INE.

Em Cabo Verde, a actividade estatística é pouco descentralizada geograficamente. Não existem serviços estatísticos nas outras ilhas ou noutros municípios. No quadro da melhoria das estatísticas oficiais, é necessário que o INE esteja representado nas outras ilhas ou noutros municípios, descentralizando, assim, os seus serviços. Para o efeito, poder-se-ia proceder ao agrupamento das ilhas a fim de criar dois ou três delegações regionais, criando mais tarde uma delegação em cada ilha.

Ao nível de alguns Ministérios, não existem serviços estatísticos encarregados da recolha, tratamento e difusão dos dados estatísticos. Neste âmbito, o INE planeia criar ODINE nesses ministérios com vista a melhorar a produção estatística nesses domínios.

### II-1.2.3 Ao nível dos outros produtores de dados

A análise do inquérito realizado junto dos produtores de dados revela que:

- ✓ 85% das estruturas estatísticas dispõem de textos orgânicos. Contudo, esses textos que regem os serviços estatísticos dizem respeito aos organogramas dos ministérios de tutela e não existem textos específicos; nota-se igualmente que 57% têm um mandato preciso no ministério;
- ✓ Em termos de coordenação estatística, 33,3% das estruturas têm a sua metodologia validada pelo INE e 50% têm um quadro de concertação com o INE;
- ✓ 71% das estruturas dispõem de bases de dados e de repertórios;
- ✓ 50% das estruturas dispõem de antenas nas ilhas ;
- ✓ 43% dos serviços produtores de dados dispõem de programas de actividades e 60% elaboram relatórios de actividades.

No quadro da melhoria do desempenho do SEN, o INE iniciou a elaboração e a adopção do novo estatuto do pessoal, a implementação de uma gestão centralizada do pessoal dos ODINE e o estudo para a aquisição da sede.

Resumindo, a análise do quadro institucional, jurídico e de coordenação realça as seguintes forças e fraquezas.

Quadro nº1: Análise das forças e fraquezas do quadro institucional, jurídico e de coordenação estatística

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vontade política do Governo;</li> <li>• Operacionalização do Conselho Nacional Estatístico;</li> <li>• Adopção dos Estatutos do INE;</li> <li>• Nomeação do Presidente do CNEST e do INE;</li> <li>• Adopção da Lei do Sistema Estatístico Nacional e dos seus Regulamentos;</li> <li>• Funcionamento regular do CNEST;</li> <li>• Criação dos ODINE em alguns serviços sectoriais;</li> <li>• Ganhos do INE na elaboração de estratégias nacionais de desenvolvimento da estatística (ENDE);</li> <li>• Colaboração entre o CNEST e o INE, e entre estes últimos e as outras estruturas sectoriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de secções especializadas permanentes no CNEST;</li> <li>• Uma sub-representatividade do INE no CNEST;</li> <li>• Ausência de uma Direcção de Coordenação no INE, em apoio ao CNEST ;</li> <li>• Fraca descentralização do INE nos ministérios sectoriais;</li> <li>• Ausência de representação do INE nas ilhas ou municípios (serviços descentralizados);</li> <li>• Ausência de organograma tipo para os ODINE;</li> <li>• Ausência de caderno de encargos dos serviços estatísticos no domínio da produção estatística.</li> </ul>

## II-1.3. MISSÃO E DOMÍNIO DE COMPETÊNCIA DAS ESTRUTURAS E FONTES DE DADOS

O Sistema Estatístico Nacional é composto pelo órgão executivo central de produção de estatísticas oficiais, que é o INE, o Banco de Cabo Verde, as direcções ou serviços de estatísticas sectoriais alojadas nos ministérios. Cada estrutura tem uma missão e funções específicas para a produção, análise e publicação de dados estatísticos no domínio das suas atribuições. Além desses órgãos, outras entidades públicas produzem estatísticas que interessam ao País.

### II-1.3.1. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

As estatísticas demográficas e sociais são estatísticas sobre a população, os movimentos de população (migrações internas ou externas, nascimentos, óbitos, etc.), o trabalho, o emprego, a educação, a saúde, a protecção social, a habitação, os rendimentos e despesas, as condições de vida, a pobreza, a cultura e a segurança e justiça, etc.

#### ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

As estatísticas demográficas são produzidas pelo INE através da DEDS que é responsável pela recolha, processamento, análise e publicação de estatísticas demográficas e sociais. A DSDS realiza por outro lado, censos de população, inquéritos demográficos e de saúde e outros inquéritos de índole demográfico e social que fornecem dados sobre a população, os movimentos das populações e outras características sociodemográficas e demográficas.

As estatísticas sobre o Registo Civil são produzidas por três estruturas, nomeadamente o DEDS do INE, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde. Uma coordenação das intervenções destas estruturas é necessária para melhorar a qualidade dos dados, designadamente, a adopção de um plano de acção comum e a formação do pessoal encarregado das declarações, assim como a sensibilização dos agentes de saúde no preenchimento do verbete de declaração.

As estatísticas sobre as migrações são produzidas pelo INE no quadro dos recenseamentos da população e pela polícia das fronteiras (DEF-Ministério da Administração Interna).

## ESTATÍSTICAS DA POBREZA

As estatísticas de receitas e despesas das famílias são produzidas pela DEDES-INE. Estas estatísticas são obtidas através da realização de inquéritos com cobertura nacional, tais como o Inquérito às Despesas e Receitas das famílias de 2001-02 e o Inquérito (QUIBB 07). Essas operações estatísticas fornecem a maior parte dos indicadores de seguimento da pobreza. Para este efeito, o INE irá realizar o IDRFB em 2013-14 e preparar um inquérito anual de pequena dimensão no quadro do IMC, visando fornecer indicadores actualizados para os fins do DECRP-III.

## ESTATÍSTICAS DE JUSTIÇA, E SEGURANÇA

As estatísticas de justiça são produzidas pelo Ministério da Justiça, através das seguintes estruturas: RNI, DGPOG, PJ, DGSPRS, CCCD e também pelo CSMJ (Conselho Superior do Ministério Público). Os dados recolhidos e processados referem-se à população prisional, aos julgamentos e à segurança. As estatísticas de segurança estão a cargo do Ministério da Administração Interna (MAI) através da DGPOG, da Polícia Nacional, da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF) e da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários. Trata-se, entre outras, de estatísticas provenientes da polícia (queixas, crimes, investigações, ...), da protecção civil, dos acidentes de trânsito e da segurança das fronteiras. No entanto, é essencial para as estatísticas da Justiça e segurança, uma revisão dos instrumentos de recolha e de classificação dos delitos e a adopção de bases de dados, por forma a alinhar-se com as práticas internacionais.

## ESTATÍSTICAS SOBRE GRUPOS POPULACIONAIS APRESENTANDO UM INTERESSE ESPECÍFICO

Os dados produzidos pelo INPS dizem respeito às contribuições dos trabalhadores, de acordo com o regime (trabalhadores independentes, funcionários do sector público, funcionários dos municípios, profissões liberais) e por género, ano, lugar de residência; os beneficiários de prestações familiares, de acordo com o regime, os beneficiários das pensões de reforma dos agentes em função da sua natureza (velhice, invalidez, etc.), os beneficiários das pensões dos trabalhadores no estrangeiro por país de origem e, informações estatísticas sobre as evacuações médicas.

## ESTATÍSTICAS DO TRABALHO

Ao nível do MJEDRH, a produção estatística é assegurada por duas estruturas, a saber, a Direcção Geral do Trabalho (DGT) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A Direcção Geral do Trabalho (DGT), enquanto Órgão Delegado do INE (ODINE) tem por funções a produção de dados estatísticos sobre os acidentes de trabalho, os conflitos e as doenças profissionais, as greves, os despedimentos, as sanções disciplinares. O IEFP assegura a produção das estatísticas registadas de emprego e as necessidades de formação de quadros.

## ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação e Desporto, através da Direcção Geral da Planificação, Orçamento e Gestão (DGPOG-MED) assegura a produção, a análise e a difusão dos dados estatísticos da educação. A Direcção produz anuários estatísticos e indicadores de educação. As publicações têm periodicidade anual, em formato papel e no site internet. A base dos dados estatísticos é fornecida pelas Delegações do Ministério, que fazem a recolha, a digitação e a transmissão ao nível central através de ficheiros electrónicos ou em CD.

## ESTATÍSTICAS DA SAÚDE

Ao nível do Ministério da Saúde, a DGPOG é o serviço encarregado da recolha, tratamento e análise da informação sanitária. A produção estatística incumbe ao serviço de informação estatística. A recolha de dados sanitários é descentralizada ao nível dos municípios em estruturas sanitárias (hospitais, centros de saúde e outros). Existe um sistema informatizado que permite dispor dos dados sanitários em tempo real; os dados provenientes das estruturas de saúde são centralizados ao nível do Ministério para exploração, graças ao sistema de informação sanitária, que é um instrumento de gestão e de planificação.

Além disso, a DEDES do INE produz estatísticas de saúde no âmbito de inquéritos periódicos (inquéritos IDSR, inquéritos sobre as condições de vida, etc.) e estatísticas sobre equipamentos sociais. Garante também a harmonização de metodologias nesta área da saúde.

## ESTATÍSTICAS DE HABITAÇÃO

Os dados sobre a habitação são produzidos pelo INE, no quadro dos censos da população e habitação, dos inquéritos sobre as condições de vida das populações e dos inquéritos Demográficos e de Saúde.

## ESTATÍSTICAS SOBRE OS ACIDENTES DE TRÂNSITO

As estatísticas sobre os acidentes de trânsito, são produzidas pela Polícia Nacional e outros agentes de segurança do Ministério da Administração Interna.

## II-1.3.2. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS

As estatísticas económicas incluem os dados da contabilidade nacional, as estatísticas da agricultura, da pesca, pecuária, empresas comerciais, finanças públicas, bancos e instituições financeiras, indústrias e minas, comércio, transporte e dos preços.

### AS CONTAS ECONÓMICAS

As contas económicas estão relacionadas com as contas nacionais e as informações que contribuíram para a sua elaboração, como os preços, a produção industrial, o comércio externo, etc.

As Contas nacionais são produzidas pelo DCNEE do INE, mas todas as outras informações são fornecidas pelos agentes do SEN.

Os dados de comércio externo são recolhidos pelas alfândegas e o processamento é feito pelo INE. As estatísticas monetárias e financeiras são fornecidas pelo Banco Central de Cabo Verde. Os dados dos preços são proporcionados pelo INE, que procede a levantamentos mensais dos preços dos produtos nos mercados e elabora um índice harmonizado de preço ao consumo das famílias.

## ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS

A Direcção das Estatísticas e da Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Rural é encarregada da produção das estatísticas agrícolas. Esta Direcção produz estatísticas sobre a agricultura de sequeiro, dados sobre a produção hortícola e animal. Além disso, ela executa actividades de seguimento da segurança alimentar, nomeadamente nas zonas vulneráveis.

## ESTATÍSTICAS DE TRANSPORTES

As estatísticas neste domínio são produzidas pelo Ministério dos Transportes. Os dados sobre o transporte englobam as mercadorias, as pessoas, os movimentos de navios e aeronaves. Todos os modos de transportes, ou seja, marítimos, aéreos e rodoviários estão incluídos.

## ESTATÍSTICAS FINANCEIRAS E MONETÁRIAS

O Banco de Cabo Verde constitui um dos pilares do Sistema Estatístico Nacional e é um órgão produtor e utilizador de dados estatísticos. O Banco segue a evolução das taxas de câmbio e das actividades económicas do País. Tem a responsabilidade das estatísticas monetárias, financeiras e dos créditos, dos dados sobre a balança de pagamentos, as taxas de câmbio, os dados sobre o sector real e o sector externo.

### II-1.3.3. DOMÍNIOS DAS ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

As estatísticas do ambiente são produzidas pelo Ministério dos Transportes e pelo do Desenvolvimento Rural. Os dados do ambiente incluem as informações meteorológicas (temperatura, precipitações, humidade e evaporação), os dados sobre os recursos naturais, a qualidade dos solos, a fauna e a flora.

O INE produz estatísticas do ambiente com base nas estatísticas primárias fornecidas pelos Ministérios ou estruturas estatísticas sectoriais responsáveis pelo ambiente, mas também a partir dos inquéritos aos agregados familiares.

## II-2 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DA PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

Neste ponto, uma análise diagnóstica será feita sobre a oferta estatística do SEN com o intuito de satisfazer a procura dos utilizadores públicos e privados, bem como a dos parceiros técnicos e financeiros

### ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

A disponibilização das estatísticas sobre a população abrange satisfatoriamente a procura nesta área. Com efeito, os diferentes Recenseamentos Gerais da População e da Habitação que se realizam regularmente desde 1980, sendo o último, o quarto RGPH, feito em Junho de 2010, os dados dos inquéritos demográficos e de Saúde de 1998 e de 2005, as projecções demográficas que são feitas e actualizadas com dados do último Recenseamento da População permitiram atender em grande parte à procura.

As análises temáticas dos dados do IVº RGPH estão em andamento, após a identificação de uma dúzia de temas.

Dados fornecidos pelas projecções demográficas do INE são apreciados e utilizados por estruturas como a saúde e a educação, no cálculo dos diferentes indicadores de seguimento.

As Estatísticas dos sectores da segurança e de Justiça não estão suficientemente bem organizadas, apesar do apoio técnico do INE desde 2011. Com efeito, a nível de Supremo Tribunal de Justiça (STJ) não existe uma base de dados organizada sobre a população prisional, os julgamentos, e a segurança. No entanto, a nível da Polícia Judiciária, as bases de dados são melhor organizadas e os dados são publicados. Perante esta situação, é conveniente reforçar a capacidade desses sectores.

As estatísticas do trabalho abrangem os conflitos laborais, greves, licenciamentos, medidas disciplinares, regularização dos créditos e acidentes de trabalho. Os dados não produzidos referem-se aos acidentes de trabalho, higiene e segurança no local de trabalho. As estruturas produtoras destes dados sofrem com a falta de pessoal capacitado para a recolha, processamento e análise dos dados, a ausência de uma estratégia de publicação e a falta de meios materiais.

As estatísticas sobre a cultura, desporto e lazer não são produzidas devido à ausência ou à falta de organização das estruturas que devem produzir esses dados. Dada a importância destes sectores na economia do País, o INE irá zelar pela boa organização do sector, fornecendo o seu apoio técnico e material necessários.

As estatísticas sobre o turismo são produzidas pelo INE através da exploração das estatísticas de bases fornecidas pelas infraestruturas turísticas. O número de turistas registados de acordo com o país de origem cresce exponencialmente, porquanto este sector é um dos pilares da economia. Os inventários anuais dos estabelecimentos de turismo foram realizados pelo INE em 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. No entanto, as bases de dados sobre as migrações devem ser criadas para as estatísticas ao nível das fronteiras.

As estatísticas sobre a educação são produzidas com regularidade, nomeadamente os efectivos escolares, as infraestruturas, o corpo docente, as taxas de escolarização. No entanto a melhoria da qualidade dos dados deve ser uma das prioridades, bem como a implementação de uma base para a recolha da informação.

As estatísticas da saúde são produzidas e publicadas nos anuários estatísticos e no Boletim Epidemiológico. No entanto, observa-se uma baixa capacidade de processamento, análise e divulgação de dados. Além disso, campanhas de sensibilização devem ser feitas junto dos cidadãos sobre as declarações dos nascimentos. O reforço das capacidades humanas e materiais é uma necessidade.

As estatísticas sobre as condições de vida e a pobreza são fornecidas através do QUIBB, feito em 2006 e 2007, que calculou os índices e pobreza.

No entanto, inquéritos sobre as condições de vida não são feitos com intervalos regulares, o que não favorece a comparabilidade e a análise da dinâmica da pobreza. Por outro lado, é de notar a insuficiência na desagregação de dados. Além disso, um grande esforço deve ser feito na harmonização da abordagem metodológica dos inquéritos sobre a pobreza de um ano para o outro, de modo a se garantir a comparabilidade dos indicadores produzidos no tempo e no espaço.

Outras operações estatísticas foram realizadas, como o inquérito ao emprego em 2009, o inquérito ao sector informal em 2010, o inquérito sobre os indicadores para a prevenção do VIH em 2009, o inquérito sobre os factores de risco para as doenças não transmissíveis em 2007 e o estudo sobre a prevalência da anemia e os riscos associados nas crianças com menos de dez anos em 2009.

De acordo com os resultados do inquérito de opinião entre os utilizadores, pode-se notar que:

- 75% acreditam que os dados demográficos são acessíveis;
- mais de 30% têm acesso através do site Web;
- mais de 45,2% pensam que a frequência de publicação dos dados é aceitável
- 38% declararam-se satisfeitos com o nível de cobertura e de desagregação dos dados.

## ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS

A Produção das contas económicas acusa um atraso devido a problemas técnicos e de organização. No entanto, graças ao apoio técnico da Cooperação Espanhola, neste domínio, desenvolveu-se um módulo mais simples no Excel, com base no SCN 93. O ano de 2007 foi adoptado como um novo ano base e as estimativas das contas económicas 2008, 2009 e 2010 estão sendo elaboradas.

Os dados das empresas são recolhidos com regularidade, no seguimento dos inquéritos às empresas realizados em 2007, 2008, 2009, e 2010.

As estatísticas do comércio externo são recolhidas com regularidade junto das Alfândegas.

O Índice de Preços no Consumidor é produzido mensalmente. Uma alteração da base do índice de preços ocorreu em 2007. As informações orçamentais são facultadas em ficheiros electrónicos (orçamento de funcionamento, investimentos, os dados das administrações centrais e locais). Os dados monetários e financeiros vêm do Banco Central de Cabo Verde. Na verdade, mais de 75% dos utilizadores consideram esses dados acessíveis e 45,2% pensam que a sua frequência de disponibilidade é aceitável. 38,5% estão satisfeitos com o nível de cobertura e de desagregação desses dados.

As estatísticas do ambiente não são produzidas com regularidade, mas uma estratégia será implementada pelo INE para garantir a produção regular de estatísticas nesta área.

As estatísticas agrícolas não estão disponíveis porque as operações estatísticas de cobertura nacional para a produção de dados fiáveis não foram feitas nos últimos anos. Dada a importância deste sector na economia nacional, necessário será criar um sistema

permanente de produção desses dados. As estatísticas da pesca não são produzidas numa base regular, particularmente no que respeita ao sector informal (pesca artesanal).

As estatísticas dos transportes não são suficientemente bem organizadas com vista a uma boa exploração.

## ESTATÍSTICAS DE RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

No que concerne à produção estatística, nota-se que até 2008 estão disponíveis os dados sobre a agricultura de sequeiro, mas após essa data não houve nenhum inquérito. Para atenuar esta situação, o CILSS realiza estimativas. A fim de dispor de dados fiáveis e actualizados, esta Direcção irá criar um sistema permanente para a produção de estatísticas agrícolas (culturas hortícolas e de sequeiro), com o apoio técnico e financeiro da FAO.

Não existem estatísticas de produção animal e a Direcção esforça-se para melhorar a metodologia.

Ao nível da segurança alimentar, inquéritos sobre a transformação e a vulnerabilidade alimentares são realizados.

Do ponto de vista organizacional, a Direcção das estatísticas e da gestão da informação está representada nas ilhas por estruturas de produção estatística que esperam ser reforçadas com meios materiais e técnicos.

## II-3. ANÁLISE DA PROCURA E DA OFERTA ESTATÍSTICA

A procura corresponde às necessidades expressas nos domínios de utilização os mais diversos. Os domínios de utilização mais representativos são os seguintes: política económica geral, luta contra a pobreza, política de segurança alimentar, política social, política de saúde, política de educação, de desenvolvimento rural, de promoção da mulher, de transportes, do ambiente, de estudos sectoriais, descentralização, etc.

A procura de dados estatísticos por parte de um utilizador num determinado domínio é geralmente transversal, ou seja, incide em vários sectores ao mesmo tempo e também algumas necessidades são recorrentes. A procura abrange necessidades tanto nacionais como internacionais.

## II-3.1 ANÁLISE DA PROCURA ESTATÍSTICA

Existem dois tipos de procura: a procura estrutural e procura circunstancial. A procura estrutural manifesta-se através das competências e missões dos serviços do Estado produtores de estatísticas. Trata-se de necessidades expressas pelo Estado como sendo de "utilidade pública geral». Normalmente, "o caderno de encargos estatísticos" estabelece para os vários componentes do Sistema Estatístico Nacional as tarefas relativas à recolha, processamento e divulgação de dados nos diferentes domínios da vida pública: população, ambiente, demografia, consumo, poder de compra, alimentação, habitação, saúde, educação, formação, pesquisa, emprego, rendimentos, salários, transferências sociais, ajuda social, preços, comunicação, cultura, juventude, desporto, lazer agricultura, pecuária, comércio, indústria, turismo, água, transportes, correio e telecomunicações, finanças públicas, ONG, administração e vida pública e dados económicos gerais. Consequentemente, as várias estruturas em causa, têm por obrigação garantir uma produção estatística nas áreas acima mencionadas.

Além da procura estrutural, existe também a procura conjuntural. Esta procura de dados estatísticos é constituída principalmente por dados que estão relacionados com os requisitos de seguimento e avaliação dos indicadores do DECRP-III e dos ODM, bem como dos programas económicos e financeiros apoiados nomeadamente pelas instituições de Bretton Woods e de outros programas sectoriais de desenvolvimento. Esta procura é principalmente orientada para os agregados macroeconómicos, a situação da população e os indicadores relacionados com a pobreza, o acesso a serviços sociais básicos, segurança alimentar, nível de vida, etc. Estende-se também às novas necessidades, ligadas às preocupações da governação política, administrativa, económica e social e ao desenvolvimento do ambiente dos negócios.

No quadro da descentralização e do desenvolvimento local, existe igualmente uma importante procura de dados ao nível das colectividades locais, para a elaboração e o acompanhamento de planos de desenvolvimento.

A pressão da actualidade, como a satisfação das necessidades para o seguimento do DECRP, as necessidades da CEDEAO e o monitoramento dos ODM, deixa entrever uma preponderância da procura circunstancial em relação à procura estrutural. Esta situação é susceptível de desestabilizar o SEN, caso não sejam tomadas medidas adequadas de reforço das capacidades para a satisfação dos dois tipos de procura estatística.

Além disso, os utilizadores muitas vezes têm dificuldades em definir claramente as suas necessidades, e a oferta acaba finalmente condicionando à procura. Esta dissimetria entre produtores e utilizadores traduz-se em comportamentos completamente diferentes. Para os temas ou domínios para os quais as estatísticas estão disponíveis (demografia, condições de vida das famílias, pobreza), por vezes há uma procura mais exigente (mais precisão, mais desagregação), enquanto para os domínios pouco trabalhados, a procura é fraca.

### II-3.1.1 Os compromissos externos em matéria de estatísticas ao nível sub-regional e regional

No âmbito da CEDEAO, Cabo Verde participa do programa de harmonização das estatísticas, particularmente para o índice dos preços, a contabilidade nacional e o comércio externo.

No quadro da política de segurança alimentar dos países do CILSS, Cabo Verde deve produzir as previsões de colheitas cerealíferas a partir de uma metodologia previamente definida. Estas previsões são usadas em conjugação com os dados de população, os stocks de cereais, as previsões das importações comerciais e não comerciais, para estabelecer o balanço cerealífero estimativo. Este balanço é apresentado à comunidade internacional a fim de apoiar Cabo Verde, em caso de necessidade, a tomar medidas preventivas com vista a evitar às populações a ocorrência de crises.

### II-3.1.2 Os compromissos externos em matéria de estatística ao nível internacional

Os documentos de política económica e financeira do Banco Mundial e do FMI referem-se às contas nacionais e às estatísticas financeiras e monetárias. Cabo Verde aderiu ao SGDD do FMI, que visa estimular os Estados-Membros a melhorar a qualidade dos dados, fornecer uma estrutura para a avaliação das necessidades de dados, fixar as prioridades neste sentido e, finalmente, para orientar os países membros na publicação, atempada, de estatísticas económicas e financeiras exaustivas, acessíveis e fiáveis.

## II-3-2 : ANÁLISE DA OFERTA ESTATÍSTICA

No quadro da elaboração, implementação e seguimento/avaliação das estratégias de redução da pobreza e da realização dos OMD, o Sistema Estatístico Nacional deve produzir indicadores pertinentes através da recolha e tratamento dos dados estatísticos e da realização de inquéritos, a fim de atender a exigência dos utilizadores. A este respeito, operações estatísticas foram conduzidas pelos produtores de dados do SEN no domínio da pobreza, emprego, saúde, educação, preços e em várias outras áreas (ver quadro nº2). A produção de dados e indicadores que daí provêm permitiram satisfazer as necessidades dos utilizadores públicos e privados nacionais e internacionais.

### II-3.2.1 : ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE A OFERTA E A PROCURA

A análise da procura e da oferta estatística mostra a existência de um importante desequilíbrio destes aspectos e esta situação é confirmada pelos resultados de inquérito de opinião feito aos utilizadores em Janeiro/ Fevereiro de 2012. Na verdade, este desequilíbrio surgiu porque a oferta não consegue satisfazer a procura, em diversas áreas, nomeadamente:

- As estatísticas de género não estão suficientemente desenvolvidas, à excepção, dos domínios da população, saúde, educação e emprego;
- As estatísticas do sector agrícola não estão disponíveis;
- As estatísticas do registo civil, da segurança e da Justiça não estão suficientemente desenvolvidas;
- As estatísticas sobre o ambiente e a pesca (artesanal) requerem uma reorganização para assegurar uma produção regular e de qualidade;
- As estatísticas do desporto, lazer e cultura não são produzidas;
- As estatísticas sobre as migrações: as bases de dados sobre as migrações estão para ser implementadas;
- As estatísticas sobre os acidentes de trabalho e os conflitos laborais não são recolhidas e publicadas.
- As estatísticas económicas são produzidas, nomeadamente, os preços, o comércio externo, o turismo, as informações orçamentais e financeiras. No entanto, não estão disponíveis os dados sobre a agricultura, a pesca (sector informal);
- A publicação dos dados das contas económicas encontra-se atrasada por razões de ordem técnica.

A oferta de estatísticas do SEN ultrapassa a satisfação das necessidades do DECRP-III e dos OMD, uma vez que ela deve atender às diversas necessidades dos utilizadores públicos (Estado, Ministérios, Organismos, Municípios, etc.) e privados (as instituições privadas, ONG, centros de investigação, estudantes e alunos), nacionais, mas também dispor de capacidades a fim de antecipar a satisfação dessa pluralidade de necessidades. O Quadro nº2 apresenta as operações estatísticas realizadas para a produção de indicadores de acompanhamento e de avaliação.

Quadro nº2 : Principais necessidades cobertas pelas operações estatísticas realizadas

Nº	Título da operação estatística	Ano de realização	Satisfação das necessidades		
			DECRP	OMD	Políticas nacionais e sectoriais
1	Inquérito ao Emprego	2005, 2006 e 2008, 2009, 2010		x	x
2	Inquérito às necessidades de formação e quadro do pessoal	2007		x	x
3	Estudo do Impacto da formação técnica e profissional em Cabo Verde	2010		x	x
4	Estatísticas Registadas de emprego e formação	2008 (Ano de referência)/anualmente			x
5	Inquérito Multi-objectivo Contínuo IMC- Módulo Emprego	2011	x	x	x
6	Condições de vida dos agregados	2006, 2007	x	x	x
7	Despesas e consumo das famílias	2007	x	x	x
8	Hábitos alimentares	2007		x	x
9	Inquérito demográfico e de saúde	2005	x	x	x
10	Contas nacionais	2006, 2007, 2008, 2009	x	x	x
11	Estatísticas de Empresas	2007, 2008, 2009, 2010, 2011			x
12	Estatísticas do turismo	2009, 2010, 2011			x
13	IPC	corrente	x		x
14	Estatísticas do comércio externo	corrente			x
15	Inquérito sobre as despesas e a satisfação dos turistas	2008			x
16	Inquérito de avaliação da cobertura	anual	x	x	x
17	Recenseamento Geral da População e	2010	x	x	x
18	Estatísticas de saúde	anual	x	x	x
19	Estatísticas de Educação	anual	x	x	x

## II-4. ANÁLISE / APRECIÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

A missão essencial do SEN é produzir e divulgar produtos estatísticos em suportes diversos para atender às necessidades que são diferenciadas de acordo com as categorias de utilizadores.

### II-4-1 Acessibilidade, comunicação e divulgação dos dados estatísticos

O desempenho de um SEN pode medir-se pela qualidade da produção dos dados estatísticos, mas também pela sua capacidade de comunicar e divulgar a informação estatística. A este respeito, fez-se um inquérito junto dos utilizadores de dados, em Janeiro/ Fevereiro de 2012; esse inquérito fornece as apreciações dos mesmos, relativamente à acessibilidade, prazo de divulgação, frequência da disponibilização, cobertura e nível de desagregação de dados estatísticos.

**Opiniões sobre a acessibilidade dos dados:** os dados facilmente acessíveis são os relativos aos preços, estatísticas monetárias e financeiras, estatísticas das finanças públicas e das contas nacionais. As estatísticas de transporte são de difícil acesso, e as estatísticas agrícolas e do ambiente são inacessíveis.

**Suportes de Acessibilidade dos dados:** Os utilizadores têm acesso aos dados através de diversos tipos de suporte, nomeadamente: CD-ROMS, papel/folheto, ficheiros, site Web e centros de documentação. Os resultados do inquérito mostram que 27% dos utilizadores têm acesso aos dados em papel/ folhetos, 50% têm acesso através de web sites e 23% acedem através de ficheiros de dados.

De uma forma geral, os utilizadores têm acesso aos dados através de Web site, que representam a forma mais habitual de acessibilidade aos dados. Na verdade, as estatísticas publicadas pela Web são, por ordem de importância, as estatísticas das finanças públicas, dos preços, demográficas, monetárias e as das contas nacionais. Essas estatísticas estão também disponíveis em ficheiros.

**Prazos para a divulgação dos dados:** apenas 18,7% dos utilizadores têm conhecimento dos prazos de difusão e 14,9% consideram que os prazos são respeitados, especialmente em relação às estatísticas dos preços, das finanças públicas e as estatísticas monetárias.

**Frequência de disponibilização dos dados aos utilizadores:** 45,2% dos utilizadores acreditam que as frequências de disponibilização dos dados são aceitáveis para estatísticas de preços, finanças públicas, contas nacionais e comércio externo, e estatísticas demográficas; 45,2% dos utilizadores acham que as frequências não são aceitáveis para o emprego, estatísticas agrícolas, estatísticas do ambiente.

**Cobertura dos dados:** 38,5% dos utilizadores estão satisfeitos com a cobertura dos dados, no que diz respeito a dados sobre os preços, finanças públicas, estatísticas monetárias, estatísticas da educação e da saúde;

**Nível de desagregação:** 11,2% dos utilizadores declararam estar satisfeitos com o nível de desagregação dos dados. Trata-se principalmente dos dados dos preços, finanças públicas e dados de estatísticas monetárias e financeiras. Cerca de 58,3%, dos utilizadores declararam-se insatisfeitos com o nível de desagregação dos outros dados.

## II-5. ANÁLISE DOS PROBLEMAS TRANSVERSAIS DO SEN

### II-5.1 : Desconcentração e Descentralização

Dado que o processo de descentralização e da comunitarização está em andamento, a produção e análise de dados estatísticos devem ser, na medida do tecnicamente aceitável, reforçadas e descentralizadas nos ministérios. No entanto, os seguintes problemas podem estar ligados a esta situação:

- Baixo nível técnico dos quadros nos serviços estatísticos sectoriais e nos ODINE;
- Irregularidade na emissão dos dados estatísticos sectoriais;
- Fraca dotação em recursos financeiros e materiais dos serviços estatísticos nos ministérios;
- Falta de representatividade do INE nas outras ilhas do País;
- Fraca motivação do pessoal estatístico em termos de remuneração;
- Baixo nível técnico dos quadros nos serviços estatísticos sectoriais e nos ODINE;
- Irregularidade na emissão dos dados estatísticos sectoriais.

## II-5.2. Género

- A falta de ferramentas e metodologias detalhadas para a integração do género na produção estatística ;
- A insuficiência de inclusão das questões de género na produção de certas estatísticas (contas nacionais, estatísticas agrícolas, orçamentos e programas);
- Um baixo domínio do conceito de género e da sua utilidade em relação aos recursos humanos do Sistema Estatístico Nacional ;
- A ausência de concertação ao nível da produção estatística de género entre os produtores, e também entre os produtores e os utilizadores;
- A deficiência da abordagem de género na programação e realização das actividades de recolha, processamento e análise de dados.

## II-5.3 Financiamento

O financiamento das actividades estatísticas provém de várias fontes internas e externas. Esses recursos provêm principalmente do Orçamento do Estado e dos apoios financeiros dos parceiros técnicos e financeiros, sob a forma monetária ou de assistência técnica. Os serviços estatísticos nos Ministérios não possuem orçamento, mas este é contemplado no orçamento do respectivo departamento ministerial e a sua disponibilização enfrenta problemas. Os problemas relacionados com o financiamento das estatísticas, incluem:

- Falha na coordenação das intervenções entre os parceiros técnicos e financeiros e o Estado, no financiamento de actividades estatísticas;
- Ausência dos Municípios no financiamento da actividade estatística;
- Falta de recursos financeiros para o financiamento das actividades dos serviços de estatísticas sectoriais (ODINE);
- Inexistência de um fundo de desenvolvimento da estatística para o financiamento global das actividades estatísticas.

## II- 6. DESEMPENHO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

### • AS APOSTAS E AS FORÇAS

A existência da Agenda Estatística representa um meio eficaz de coordenação estatística do Sistema Estatístico Nacional entre os produtores, por um lado, e entre os produtores e os utilizadores, por outro lado. É igualmente um instrumento de diálogo entre o Sistema Estatístico Nacional e o Estado e os parceiros técnicos e financeiros.

Em resumo, as principais forças do SEN são:

- A vontade política do Estado de Cabo Verde marcada pelo financiamento das actividades estatísticas através do Orçamento do Estado e pela mobilização dos parceiros técnicos e financeiros;
- A aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional, a instalação do CNEST, com a nomeação do Presidente e dos respectivos membros;
- Implementação de uma Agenda Estatística para o período 2006-2011;
- A realização periódica das reuniões do CNEST;
- O desenvolvimento e a melhoria da produção estatística ao nível do INE e de alguns serviços estatísticos sectoriais;
- A existência de boas relações e de um clima de confiança entre o SEN e os parceiros técnicos e financeiros;
- A satisfação dos principais utilizadores nacionais e internacionais de dados estatísticos.

### • AS FRAQUEZAS

As fraquezas do SEN resumem-se da seguinte forma:

- Ausência de desconcentração geográfica do INE nas outras ilhas ou municípios;
- Fraqueza da coordenação das actividades estatísticas e da gestão da Agenda Estatística;
- Insuficiência de pessoal para dinamização do Secretariado do CNEST e para o seguimento da Agenda Estatística;
- Ausência de programas de actividades anuais e plurianuais do Sistema Estatístico Nacional;
- Insuficiência do dispositivo de seguimento das actividades do SEN;
- Fraqueza do dispositivo estatístico para o seguimento do DECRP-III;

- Fraqueza na harmonização dos métodos, nomenclaturas, códigos e definições a nível do SEN;
- Insuficiência da análise dos dados de inquérito e de valorização dos dados ;
- Insuficiência do arquivamento e da segurança dos dados;
- Fracas capacidades de tratamento e de análise dos dados aos níveis sectorial e regional;
- Difusão insuficiente dos dados existentes;
- Ausência de uma verdadeira estratégia de gestão dos recursos humanos do SEN;
- Ausência de uma estratégia de formação dos quadros estatísticos nas escolas de estatística e de formação de quadros médios e de não estatísticos;
- Fraca dotação dos serviços estatísticos sectoriais em pessoal estatístico qualificado;
- Ausência de organigrama-tipo especificando as atribuições e o funcionamento dos serviços estatísticos sectoriais nos departamentos ministeriais;
- Fraca dotação financeira e material dos ODINE;
- Fraca valorização dos dados de fontes administrativas;
- Ausência de um anuário estatístico para o SEN.

## • AS OPORTUNIDADES

As oportunidades que podem oferecer-se ao SEN são:

- A promoção da gestão orientada para os resultados;
- A melhoria do ambiente institucional propiciado pela nova Lei do Sistema Estatístico Nacional e seus Normativos Complementares;
- A boa atenção que os parceiros técnicos e financeiros, que são ao mesmo tempo utilizadores da produção estatística, têm em relação ao SEN,
- Um clima propício ao reforço das capacidades do SEN, criado no plano internacional por várias iniciativas internacionais (AFRISTAT, Paris21, BAD, etc.);
- O seguimento do quadro estratégico de luta contra a pobreza e dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, que coloca a Estatística no centro das preocupações das autoridades políticas e administrativas;
- O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e de Comunicação ;
- A existência da Carta Africana da Estatística;
- A elaboração do DECRP-III para o período 2012-2016
- O programa País Cabo -Verde- UN, UNDAF 2012-2016.

## • AS AMEAÇAS

As principais ameaças que podem entravar o desenvolvimento harmonioso do SEN são:

- A dependência de algumas estruturas do SEN dos financiamentos externos ;
- O risco de mobilidade dos quadros superiores estatísticos do SEN;
- Um risco institucional que pode diminuir o engajamento do Estado para o desenvolvimento da Estatística;
- Uma instabilidade da tutela administrativa (vínculo institucional) dos serviços estatísticos sectoriais nos ministérios e dos ODINE;
- A mobilidade das estruturas estatísticas sectoriais (mudança de nível hierárquico das estruturas estatísticas, quer seja de serviço para Direcção ou vice-versa);
- A insuficiente motivação do pessoal das estruturas do SEN;
- A ausência de certificação da formação ou de formação contínua dos quadros estatísticos para assegurar a continuidade.

## II - 7. PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS

### **Problemas ligados ao quadro institucional, jurídico e de coordenação estatística**

- Uma insuficiência na coordenação estatística pelo CNEST, pelo facto de a elaboração, a implementação e o seguimento/avaliação da Agenda Estatística não serem tidas como uma prioridade;
- Uma insuficiência da coordenação estatística, técnica e jurídica no INE, e também no SEN: não existindo no INE uma estrutura oficial responsável pela gestão da Agenda Estatística e da coordenação estatística a nível dos serviços estatísticas sectoriais;
- A falta de um estatuto definido para os ODINE em 2011;
- Ausência de representação do INE nas outras ilhas: neste contexto, pode-se encarar a possibilidade de criação de um serviço estatístico em cada ilha, ou de se criarem dois ou três serviços regionais, agrupando as ilhas;
- A ausência de secções especializadas no CNEST, com um papel essencial na coordenação estatística, na gestão da agenda estatística;

- A ausência de uma estrutura oficial no CNEST, responsável pela harmonização dos métodos, normas e nomenclaturas no Sistema Estatístico Nacional;
- Uma fraca difusão das ferramentas e dos métodos existentes no INE;
- A falta de um organigrama modelo para os ODINE em 2011;
- A insuficiência na organização de ateliers sobre as temáticas específicas com vista ao reforço das capacidades dos actores e uma maior visibilidade do SEN;
- Uma insuficiência na coordenação dos Parceiros Técnicos e Financeiros em matéria de apoio ao SEN.

### **Problemas ligados à produção estatística, processamento e análise dos dados**

- Uma insuficiência na análise dos dados produzidos através dos inquéritos estatísticos;
- Uma fraca capacidade na recolha e no tratamento dos dados provenientes das fontes administrativas, nomeadamente, o registo civil, os dados sobre a justiça e a segurança, a cultura e o desporto;
- A insuficiência na produção dos dados sobre a agricultura nos últimos anos;
- A ausência de análise aprofundada dos dados de pobreza e de inquéritos estatísticos;
- Uma fraca valorização dos dados produzidos ;
- Uma fragilidade na produção dos dados sobre o ambiente;
- Uma fraca cobertura dos dados e um nível muito limitado de desagregação.

### **Problemas ligados aos recursos humanos e materiais**

- Uma insuficiência na formação contínua dos quadros estatísticos nas escolas superiores de estatística por falta de bolsas;
- Uma ausência de política de formação local dos não-estatísticos nas técnicas estatísticas;
- A ausência de uma política clara em matéria de formação dos quadros estatísticos para as necessidades do Sistema Estatístico Nacional;
- A ausência de concertação entre o INE e as Universidades para a adopção de uma política apropriada (harmonização dos programas de formação) com vista à formação de quadros de qualidade ;
- A falta de um centro de formação dos quadros médios em Estatística sob a égide do INE;

- A insuficiência de quadros qualificados no INE e nos ODINE para a melhoria da produção, da análise e da difusão dos dados;
- A ausência de um plano de carreiras e de mobilidade interna;
- A existência de um estatuto de pessoal pouco atraente ao nível do INE;
- A fraca dotação dos ODINE de materiais informáticos;
- A falta de estratégia de sustentabilidade do financiamento das actividades estatísticas de dimensão nacional (um fundo de desenvolvimento da estatística).

### **Problemas relacionados à conservação, comunicação, difusão e utilização dos dados**

- Inexistência de um calendário de publicação dos dados na maioria da produção estatística;
- Os prazos de publicação dos dados não são aceitáveis, à excepção do que se verifica com as estatísticas dos preços, conjuntura, comércio exterior, Finanças Públicas e estatísticas monetárias e financeiras;
- A difusão em formato papel é predominante, apesar da vulgarização dos sites web e dos CD;
- Falta de uma política de difusão dos dados;
- Actualização insuficiente e pouco regular dos sites Web do SEN.

### **Problemas relacionados à conservação, comunicação, difusão e utilização dos dados**

- Inexistência de um calendário de publicação dos dados na maioria da produção estatística;
- Os prazos de publicação dos dados não são aceitáveis, à excepção do que se verifica com as estatísticas dos preços, conjuntura, comércio exterior, Finanças Públicas e estatísticas monetárias e financeiras;
- A difusão em formato papel é predominante, apesar da vulgarização dos sites web e dos CD;
- Falta de uma política de difusão dos dados;
- Actualização insuficiente e pouco regular dos sites web ;
- Insuficiência no arquivamento e na segurança dos dados estatísticos.

### III. VISÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

#### III-1. MISSÃO DO SEN

Os dados estatísticos são actualmente imprescindíveis na tomada de decisões nos domínios económicos, social e político, sobretudo no contexto de elaboração, implementação e seguimento dos DECRP, bem como no seguimento dos OMD e adopção do princípio de gestão baseada em resultados.

Para tal, o SEN tem por missão fornecer dados estatísticos fiáveis e actualizados relativos às áreas económicas, sociais, demográficas, culturais e ambientais, às instituições públicas, empresas, organizações nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais.

Deste modo, as estatísticas produzidas devem estar disponíveis para uma ampla gama de utilizadores públicos e privados e devem respeitar os critérios de objectividade e comparabilidade ao nível sub-regional, regional e internacional.

Devem também cobrir uma dimensão bastante ampla de estatísticas para satisfazer as necessidades dos decisores políticos e do público.

#### III-2. VALORES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SEN: OS DIFERENTES PRINCÍPIOS

A Lei Estatística de Cabo Verde estipula que as actividades estatísticas devem realizar-se com total independência científica, imparcialidade e objectividade, em conformidade com os conceitos, as regras metodológicas e as técnicas normalmente aceites nesse domínio. Por isso, antes da sua entrada em funções, os agentes das estruturas estatísticas devem prestar juramento de profissionalismo, integridade e respeito do segredo estatístico. Estes valores fundamentais acima mencionados deverão vigorar em todas as componentes do SEN. Imanem dos Princípios Fundamentais das estatísticas públicas das Nações Unidas e da Carta Africana da Estatísticas (ver caixa n.º 2) e que apresentam uma série de directrizes muito explícitas sobre o papel das estatísticas públicas.

Entre essas directrizes, figuram também um certo número de enunciados de princípios que devem nortear a produção e a utilização das estatísticas, incluindo os princípios de qualidade e de difusão.

### PRINCÍPIO 1 : INDEPENDÊNCIA PROFISSIONAL

- **Independência científica:** As autoridades estatísticas devem poder exercer as suas actividades de acordo com o princípio de independência científica, em particular no que diz respeito ao poder político e qualquer grupo de interesse. Isso significa que os métodos, conceitos e nomenclaturas utilizados para a realização de uma operação estatística só devem ser escolhidos pelas autoridades estatísticas sem nenhuma influência de qualquer natureza e em conformidade com as regras da ética e da boa conduta.
- **Imparcialidade:** As autoridades estatísticas devem produzir, analisar, divulgar e comentar as estatísticas africanas, no respeito da independência científica e de forma objectiva, profissional e transparente.
- **Responsabilidade:** As autoridades estatísticas e os estatísticos africanos devem recorrer a métodos claros e pertinentes de recolha, processamento, análise e apresentação dos dados estatísticos. Além disso, as autoridades estatísticas têm o direito e o dever de chamar atenção sobre as interpretações erradas e o uso abusivo das informações estatísticas que divulguem.
- **Transparência:** Para facilitar uma interpretação correcta dos dados, as autoridades estatísticas devem fornecer, de acordo com padrões científicos, informações sobre as fontes, os métodos e os procedimentos que utilizam. A legislação nacional que regula o funcionamento dos sistemas estatísticos deve ser do conhecimento do público.

## PRINCÍPIO 2 : QUALIDADE

- **Pertinência:** As estatísticas africanas devem satisfazer as necessidades dos utilizadores.
- **Sustentabilidade:** as estatísticas africanas devem ser conservadas de forma mais detalhada possível a fim de garantir a sua utilização pelas gerações futuras, ao mesmo tempo que preservam os princípios de confidencialidade e protecção dos respondentes.
- **Fontes de dados:** os dados utilizados para fins estatísticos podem ser extraídos de várias fontes, podendo ser de recenseamentos, inquéritos estatísticos e/ou ficheiros administrativos. Os organismos responsáveis pela estatística devem escolher a sua fonte, tendo em conta a qualidade dos dados que podem fornecer, da sua actualidade, particularmente da carga sobre os respondentes e os custos assumidos pelos doadores. A utilização dos ficheiros administrativos pelas autoridades estatísticas, para fins estatísticos, deve ser garantida pelo direito positivo, respeitando-se a confidencialidade.
- **Exactidão e fiabilidade:** As estatísticas africanas devem reflectir a realidade com exatidão e fiabilidade.
- **Continuidade:** as autoridades estatísticas garantem a continuidade e a comparabilidade no tempo das informações estatísticas.
- **Coerência e comparabilidade:** As estatísticas africanas devem pautar-se pela consistência no tempo e permitir a comparação entre as regiões e os países. Para tanto, deve ser possível combinar e utilizar conjuntamente dados conexos provenientes de fontes diversas. Os conceitos, as classificações, as terminologias e os métodos estabelecidos e reconhecidos ao nível internacional, devem ser utilizados.
- **Pontualidade:** As estatísticas africanas devem ser divulgadas em tempo útil e, na medida do possível, de acordo com um calendário anunciado antecipadamente.
- **Actualidade:** As estatísticas africanas devem ter em conta os acontecimentos correntes e de actualidade.
- **Especificidades:** Os métodos de produção e de análise da informação estatística devem ter em conta as especificidades africanas.
- **Sensibilização:** os Estados devem sensibilizar o público, particularmente os fornecedores de dados estatísticos, sobre a importância da estatística.

### PRINCIPIO 3 : MANDATO PARA A RECOLHA DE DADOS E RECURSOS

- **Mandato:** As autoridades estatísticas têm um mandato legal claro que as habilita a recolher dados com vista à produção de estatísticas africanas. A pedido das autoridades estatísticas, as instituições públicas, empresas, a sociedade civil e as famílias, bem como o público em geral podem ser obrigados, pela legislação nacional, a facultar o acesso a dados ou a fornecer dados para o estabelecimento de estatísticas africanas.
- **Adequação dos recursos:** Se possível, os recursos disponibilizados às autoridades estatísticas devem ser adequados e estáveis a fim de lhes permitir satisfazer as necessidades estatísticas exigidas aos níveis nacionais, regional e continental. A disponibilização desses recursos incumbe principalmente aos governos dos Estados.
- **Relação Custo - eficiência:** Os recursos devem ser utilizados com eficiência pelas autoridades estatísticas. Em particular, isto implica que as operações devem, na medida do possível, ser agendadas da melhor forma. Para reduzir os encargos sobre os entrevistados e evitar tanto quanto possível os inquéritos directos, que são dispendiosos, deve-se fazer de tudo para melhorar a produção e a exploração estatística dos arquivos administrativos.

### PRINCÍPIO 4 : DIVULGAÇÃO

- **Acessibilidade :** As autoridades estatísticas garantem o acesso às estatísticas africanas. Este direito de acesso a todos os utilizadores, sem qualquer restrição, deve ser garantido pela legislação nacional. Os micro-dados podem ser disponibilizados aos utilizadores, desde que as leis e os procedimentos que foram claramente definidos sejam respeitados e que a confidencialidade seja mantida.
- **Concertação com os utilizadores:** Mecanismos de concertação com todos os utilizadores das estatísticas africanas, sem qualquer discriminação, devem ser desenvolvidos para garantir a adequação da informação estatística com as necessidades dos mesmos.
- **Clareza e compreensão:** As estatísticas africanas devem ser apresentadas de forma clara e compreensiva, divulgadas de forma prática e adaptada, disponíveis e acessíveis a todos e acompanhadas dos meta-dados necessários e de comentários analíticos.

- **Simultaneidade:** As estatísticas africanas são divulgadas a todos os utilizadores simultaneamente. No caso de algumas autoridades receberem informações prévias, sob embargo, visando a sua preparação para responder a eventuais perguntas, a natureza das informações assim comunicadas, a identidade dos destinatários e o prazo decorrido antes da divulgação pública, devem ser anunciados publicamente.

- **Retificação:** As autoridades estatísticas devem retificar os resultados das publicações contendo erros significativos, utilizando os padrões de práticas estatísticas, ou nos casos mais graves, suspender a divulgação, levando claramente ao conhecimento dos utilizadores, os motivos dessas retificações ou suspensões.

## **PRINCIPIO 5: PROTECÇÃO DOS DADOS INDIVIDUAIS DAS FONTES DE INFORMAÇÃO E DOS INQUIRIDOS**

- **Confidencialidade:** A protecção da vida privada ou do segredo dos negócios dos fornecedores de dados (famílias, empresas, administrações e outros inquiridos), a confidencialidade das informações comunicadas e a utilização destas para fins estritamente estatísticos, devem ser absolutamente garantidos pelas autoridades estatísticas e os estatísticos africanos, assim como por todos os que trabalhem no domínio da estatística em África.

- **Informação aos fornecedores dos dados :** As pessoas físicas ou morais inquiridas durante os inquéritos estatísticos são informadas sobre a finalidade das questões colocadas e das medidas adoptadas em matéria de protecção dos dados que elas fornecem.

- **Finalidade:** Os dados relacionados com pessoas físicas ou morais recolhidos para fins estatísticos não podem, em caso algum, ser usados para fins repressivos ou para perseguição judiciária e, de uma forma geral, para medidas administrativas relativas a essas pessoas.

- **Racionalidade :** As autoridades estatísticas só realizarão inquéritos quando as informações de origem administrativa não estão disponíveis ou quando a sua qualidade não seja suficiente comparativamente às exigências de qualidade da informação estatística.

## PRINCÍPIO 6: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO

- **Coordenação:** A coordenação e a colaboração entre as diferentes autoridades estatísticas dentro de um mesmo país são indispensáveis para garantir a coerência, a unicidade e a qualidade da informação estatística. Igualmente, a concertação e o diálogo entre todos os membros do Sistema Estatístico Africano (SEA) são essenciais para a harmonização, a produção e a utilização das estatísticas africanas.
- **Cooperação :** A cooperação bilateral e multilateral no domínio da estatística deve ser incentivada a fim de contribuir para a melhoria dos sistemas de produção das estatísticas.

A produção estatística, tendo em conta os compromissos internacionais, deverá obedecer aos seguintes princípios; **a transparência**, que permita ajuizar favoravelmente os objectivos e as apostas, de forma a tornar os planos de acção satisfatórios; a **fiabilidade**, ou seja, estatísticas que permitam estabelecer com precisão os indicadores; **eficiência**, ou seja, estatísticas que permitam atender às necessidades da colectividade e a **adaptabilidade**, ou seja, um sistema que se adapte às mudanças do ambiente.

### III-3. AS APOSTAS E OS DESAFIOS

No quadro da Agenda Estatística de 2012-2016, as apostas e os desafios a enfrentar com vista a um melhor desempenho do Sistema Estatístico Nacional são importantes. Para este efeito, as seguintes orientações vão permitir a consolidação dos ganhos ou vantagens, atenuar as fraquezas, afastar as ameaças e aproveitar as oportunidades:

- Uma melhoria do quadro legal, institucional e a coordenação estatística através de:
  - A continuação na criação dos ODINE nos departamentos ministeriais, onde se mostrar pertinente;
  - O reforço das capacidades técnicas dos ODINE;
  - A Descentralização geográfica e funcional do INE, nas outras ilhas do País;
  - O reforço do secretariado do CNEST pela criação de uma Direcção da coordenação estatística no INE e a melhoria da coordenação no Instituto;
  - O seguimento da implementação da Agenda Estatística;
  - A elaboração, a implementação de programas plurianuais de actividades e o programa anual;
  - A elaboração dos relatórios semestrais e anuais de actividades do SEN que serão adoptados pelo CNEST nas suas várias sessões;
  - A garantia de uma coordenação técnica (produção e uso de nomenclaturas, códigos e definições harmonizadas ao nível nacional e internacional).
  
- Um desenvolvimento da produção estatística ao nível sectorial, nacional e regional:
  - A promoção das estatísticas de fontes administrativas (registo civil, estatísticas de justiça e segurança, cultura e lazer, turismo, desporto, migrações,... );
  - O desenvolvimento da produção estatística e económica do sector real e das contas nacionais (anuais e trimestrais) com vista à adesão de Cabo Verde à norma especial de divulgação de dados do FMI;
  - A execução das operações estatísticas em todo o País, especificamente no quadro do acompanhamento e implementação do DECRP-III e dos OMD;
  - O desenvolvimento de uma política de divulgação dos dados para o conjunto do SEN;
  - A promoção de uma cultura estatística e da utilização dos dados;
  - A melhoria dos recursos humanos em número e em qualidade e da sua gestão a favor do SEN (INE e os ODINE);
  - O reforço do SEN em recursos materiais;
  - A sustentabilidade do financiamento das actividades do SEN.

### III-4. A VISÃO

Num contexto marcado pela globalização e a integração das economias, o SEN deve produzir dados estatísticos fiáveis, actualizados e de qualidade, comparáveis ao nível regional e internacional. São uma ferramenta de ajuda à decisão do sector público e privado e em todas as áreas da vida económica, social e política.

Nesta perspectiva, a visão do Governo é dotar Cabo Verde "**em 2016, de um Sistema Estatístico Nacional eficaz, que permitirá a produção e divulgação de forma sustentada, de estatísticas, fiáveis, transparentes, comparáveis a nível internacional, no âmbito da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento económico e social.**"

### III-5. O OBJECTIVO GLOBAL

O objectivo global estabelecido pelo SEN no horizonte 2016 é fornecer aos utilizadores dados estatísticos fiáveis, actualizados e de qualidade, suficientemente analisados e cobrindo as diversas áreas, para a concepção, a implementação, o seguimento e a avaliação dos programas e das políticas de desenvolvimento na vida económica e social, nomeadamente para o seguimento do DECRP III e dos OMD.

Para atingir o objectivo geral, foram identificados os seguintes objectivos específicos:

- Reforçar a coordenação estatística, técnica e administrativa pela actualização da legislação, dos instrumentos técnicos e jurídicos através do CNEST, bem como a coordenação interna do INE;
- Reforçar os aspectos institucionais e organizacionais do SEN através do desenvolvimento dos ODINES, da descentralização do INE e da coordenação estatística nas outras ilhas;
- Melhorar a produção estatística do SEN, nomeadamente nos ODINE, nas estatísticas de fontes administrativas, que são subprodutos da administração, através da recolha, análise e difusão dos dados;
- Reforçar as capacidades técnicas, materiais e financeiras dos ODINE e de outros serviços de estatísticos sectoriais;
- Desenvolver a concertação entre produtores de dados, por um lado e, por outro, entre produtores e utilizadores de dados através do CNEST e de outros fora sobre as estatísticas;

- Desenvolver a cultura estatística pela promoção e o uso de dados estatísticos, a valorização dos dados produzidos através de análise aprofundada dos mesmos;
- Reforçar as capacidades em matéria de recursos humanos, nomeadamente de quadros estatísticos no SEN, através da formação nas escolas de Estatística, a formação de estatísticos internamente e a formação contínua;
- Assegurar a sustentabilidade do financiamento regular das actividades estatísticas e a consequente previsibilidade de recursos.

### III-6. OS EIXOS ESTRATÉGICOS

O Governo de Cabo Verde elaborou e implementou uma Agenda Estatística para o período 2006-2011, com resultados altamente significativos e que permitiram o fortalecimento do SEN, nomeadamente através do quadro institucional, jurídico e organizacional, assim como a melhoria da coordenação da produção estatística, da divulgação dos dados e do reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras.

A fim de consolidar e sustentar os ganhos da Agenda Estatística anterior, o Governo comprometeu-se a elaborar uma nova Agenda Estatística para o período 2012-2016 com vista a tornar o SEN mais apto a responder às necessidades urgentes de dados estatísticos fiáveis e de qualidade. A estratégia para atingir o futuro pretendido pelo SEN articula-se em torno dos quatro eixos estratégicos seguintes:

Eixo 1: Consolidação do quadro legal, institucional e coordenação estatística;

Eixo 2: Melhoria da produção estatística e da análise dos dados;

Eixo3: Promoção da comunicação, divulgação e utilização dos dados;

Eixo 4: Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiros.

**O Eixo 1** diz respeito à "**consolidação do quadro legal, institucional e da coordenação estatística**" e permite ao SEN dispor de um quadro institucional coerente e estável. Na verdade, um dispositivo estatístico eficiente é um factor essencial de qualidade para garantir uma produção de qualidade. Reformas significativas em matéria de estatísticas foram empreendidas pelo Governo, mas é de notar que ainda há muito trabalho a fazer na implementação da Lei Estatística, nomeadamente a organização do Sistema Estatístico Nacional ao nível central (criação dos ODINES e o seu funcionamento, e a programação estatística), a coordenação estatística interna do INE, o desenvolvimento das estatísticas nas outras ilhas, o funcionamento do CNEST e das suas sessões especializadas, a aprovação do Estatuto de pessoal do INE e todos os regulamentos associados (PCCS). Os

objectivos deste eixo destinam-se a garantir o funcionamento harmonioso e eficiente do SEN, através do desenvolvimento e da melhoria da coordenação técnica, jurídica e organizacional da Estatística.

Este eixo tem dois objectivos estratégicos e os seguintes objectivos operacionais:

**Objectivo estratégico 1.1 : Reforçar o quadro legal, institucional e organizacional**

*Objectivo operacional: Avaliar o funcionamento do SEN*

*Objectivo operacional 1.1.1: Melhorar o funcionamento do INE*

*Objectivo operacional 1.1.2: Melhorar o funcionamento do CNEST*

*Objectivo operacional 1.1.3: Reforçar as estatísticas ao nível sectorial (dos ministérios) e desconcentrado (ao nível das outras ilhas)*

*Objectivo operacional 1.1.4: Institucionalizar os inquéritos e os Censos*

*Objectivo operacional 1.1.5 Reforçar/ criar as instituições de formação e de aperfeiçoamento no domínio da Estatística.*

**Objectivo estratégico 1.2: Reforçar a coordenação estratégica e a parceria**

*Objectivo operacional 1.2.1: Desenvolver e vulgarizar as ferramentas estatísticas que respondam às normas nacionais e internacionais;*

*Objectivo operacionais 1.2.2: Reforçar a gestão e a programação das actividades estatísticas;*

*Objectivo operacional 1.2.3: Melhorar a coordenação entre produtores e utilizadores;*

*Objectivo operacional 1.2.4: Reforçar a cooperação e a parceria.*

**O Eixo 2 "Melhoria da produção estatística e da análise dos dados"** visa a produção de dados estatísticos de qualidade, tendo em conta as necessidades dos utilizadores em todos os domínios, reforçando a produção existente, a produção de dados desagregados e cobrindo o défice nesta área. As operações estatísticas serão melhor programadas e acompanhadas (nomeadamente, os inquéritos de grande envergadura e os dados estatísticos de fontes administrativas serão reabilitados).

Além disso, o aprimoramento dos dados estatísticos será reforçado pelo desenvolvimento de análises dos dados disponíveis e pela disponibilização desses dados aos investigadores, estudantes e outros utilizadores potenciais. Este eixo compreende três objectivos estratégicos e também objectivos operacionais.

### **Objectivo Estratégico 2.1: Reforçar a produção estatística**

*Objectivo operacional 2.1.1: Garantir a regularidade das operações de recenseamento e inquéritos adaptados às necessidades*

*Objectivo operacional 2.1.2: Melhorar a produção estatística corrente, garantindo uma melhor cobertura geográfica e temática*

### **Objectivo estratégico 2.2: Melhorar a qualidade dos dados**

*Objectivo operacional 2.2.1: Generalizar a aplicação da abordagem qualidade*

### **Objectivo estratégico: 2.3 Promover a análise aprofundada dos dados e a pesquisa**

*Objectivo operacional 2.3.1: Desenvolver a pesquisa aplicada dentro do SEN e em parceria com institutos e centros de investigação.*

**O Eixo 3 "Promover a comunicação, divulgação e utilização dos dados":** visa o reforço da comunicação, divulgação e utilização dos dados estatísticos do SEN. Neste contexto, a utilização das TIC será privilegiada, assim como a actividade de promoção do SEN, a comunicação externa e o desenvolvimento da cultura estatística.

Este eixo compreende três objectivos estratégicos e objectivos operacionais.

### **Objectivo estratégico 3.1: Reforçar e implementar a estratégia de informatização do SEN**

*Objectivo operacional 3.1.1: Desenvolver e implementar um plano director informático do SEN*

*Objectivo operacional 3.1.2: Reforçar o arquivamento numérico dos dados*

### **Objectivo estratégico 3.2: Reforçar a divulgação dos dados e a comunicação**

*Objectivo operacional 3.2.1: Garantir uma difusão direccional da informação estatística.*

*Objectivo operacional 3.2.2: Melhorar a comunicação interna e externa*

### **Objectivo estratégico 3.3: promover a utilização dos dados estatísticos**

*Objectivo operacional 3.3.1: assegurar a actualização dos indicadores de seguimento dos documentos políticos (DECRP-III e OMD).*

*Objectivo operacional 3.3.2: Promover a cultura estatística*

**O Eixo 4 "Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiros":** tem por objectivo o reforço do SEN em matéria de recursos humanos em quantidade e

qualidade, através da formação e do recrutamento de quadros estatísticos, a motivação dos estatísticos através da adopção de um estatuto atraente, a melhoria do ambiente de trabalho e a mobilização de recursos financeiros para o financiamento de actividades estatísticas.

Quatro objectivos estratégicos, assim como operacionais são definidos:

**Objectivo estratégico 4.1: Melhorar a gestão de recursos humanos estatísticos**

*Objectivo operacional 4.1.1: Implementar uma gestão centralizada do pessoal estatístico do SEN*

*Objectivo operacional 4.1.2: valorizar a profissão de estatístico*

**Objectivo estratégico 4.2: Reforçar as capacidades humanas do SEN**

*Objectivo operacional 4.2.1: Elaborar e implementar um novo plano de formação profissionalizante, em benefício do SEN*

*Objectivo operacional 4.2.2: Actualizar e implementar o plano de formação contínua em benefício do SEN*

*Objectivo operacional 4.2.3: Reforçar as estruturas estatísticas do SEN em matéria de recursos humanos*

**Objectivo estratégico 4.3: Reforçar as capacidades financeiras e materiais**

*Objectivo operacional 4.3.1: Estabelecer um mecanismo de financiamento da estatística*

*Objectivo operacional 4.3.2: Reforçar as estruturas de SEN em matéria de recursos materiais*  
*Objectivo operacional 4.3.3: Reforçar os esforços de melhoria do ambiente de trabalho das estruturas do SEN.*

## IV. AS PRINCIPAIS EXPECTATIVAS DA ENDE

As expectativas da implementação da ENDE de Cabo Verde para o período 2012-2016 podem situar-se em quatro níveis, ou seja, nacional, dos compromissos regionais e internacionais, da satisfação dos utilizadores e, finalmente, ao nível do desenvolvimento e da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do SEN.

### IV-1. AO NÍVEL DA POLÍTICA NACIONAL

No contexto da execução da política nacional, os objectivos de melhoria da produção estatística tanto em termos quantitativos como qualitativos, serão alcançados através de uma melhor cobertura da produção estatística a nível nacional e nas ilhas e municípios, do fortalecimento do dispositivo da produção, da análise aprofundada dos dados terão continuidade, a fim de disponibilizar aos utilizadores, públicos ou privados, dados estatísticos de qualidade que atendam às suas necessidades.

Esforços serão fundamentais para a concepção de um sistema de produção de estatísticas regulares e oportunas, a implementação e o acompanhamento de programas e políticas de desenvolvimento, nomeadamente o seguimento do DECRP-III e dos ODM. De facto, o seguimento do DECRP-III deve se encaixar num Sistema Estatístico de qualidade, capaz de produzir as informações de pobreza, de acesso aos serviços sociais de base (no domínio da educação, saúde, água, energia, etc.), mas também informações de qualidade em vários sectores de actividade económica (turismo, comércio externo, transporte, agricultura, pesca, e terciário) e nos sectores sociais (justiça, segurança, emprego, migrações, etc.).

### IV-2. A NÍVEL DOS COMPROMISSOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

Ao nível regional, Cabo Verde é um dos países membros da CEDEAO e no quadro do Pacto de Convergência, Estabilidade, Crescimento e Solidariedade entre os Estados-Membros, critérios de convergência foram definidos a partir de indicadores estatísticos. Cada Estado-Membro deve produzir estes indicadores a fim de verificar o cumprimento dos critérios. Ao nível sub-regional, especialmente no quadro do CILSS, os dados estatísticos previsionais são produzidos todos os anos sobre a segurança alimentar, através do estabelecimento do balanço cerealífero.

Ao nível internacional, o Governo está comprometido com a luta contra a pobreza e os OMD. Além disso, o SEN vai assegurar a aplicação dos princípios fundamentais das estatísticas oficiais nos termos em que foram adoptados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em Abril de 1994 e a Carta Africana de Estatística, da forma como estão reflectidos no GDDS.

### IV-3. AO NÍVEL DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES

O SEN irá fornecer aos utilizadores, estatísticas abundantes e variadas no domínio da vida económica e social, nomeadamente através da realização de inquéritos e também pela reorganização das estatísticas de fontes administrativas. A compreensão dos produtos estatísticos será facilitada aos utilizadores, através da divulgação dos resultados das análises estatísticas, a divulgação de documentação sobre a metodologia e as fontes utilizadas na elaboração das estatísticas (metadados).

O acesso aos dados por parte dos utilizadores será igualmente facilitado através da ligação dos serviços estatísticos aos sites da Internet. Os dados publicados serão produzidos de acordo com o calendário de publicação e o nível de desagregação esperado pelos utilizadores.

Além disso, o SEN irá implementar uma política de divulgação e comunicação dos dados estatísticos através dos meios existentes (papel, CD-ROM, etc.).

## IV-4. AS PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ENDE 2012-2016

Com vista a uma resposta eficaz e eficiente às necessidades em matéria de dados estatísticos prioritários das diferentes categorias de utilizadores acima mencionados, adoptou-se **uma abordagem sectorial** para a programação e orçamentação das actividades por todos os actores do SEN no processo de elaboração desta nova Agenda Estatística 2012-2016.

As orientações do SEN em matéria de produção estatística, reformas institucionais, comunicação e divulgação de dados, reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras através da ENDE irão permitir a disponibilização das informações estatísticas para o seguimento da política nacional, o respeito dos compromissos nacionais e internacionais e a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores.

Neste contexto, as áreas prioritárias escolhidas são a produção estatística, a comunicação e a divulgação de dados, reforço das capacidades dos recursos humanos, reforço do quadro institucional e jurídico.

Ao nível da produção estatística, as acções prioritárias são as seguintes:

- A produção das contas nacionais, trimestrais, regionais e das contas satélites do turismo;
- A elaboração dos índices (índice trimestral do volume de negócios dos serviços de produção, índices do comércio externo, índices dos preços...);
- A elaboração das estatísticas monetárias e financeiras do sector externo;
- A realização dos inquéritos e Censos das empresas;
- O inquérito às Despesas e Receitas das famílias 2013/14, para o seguimento da pobreza;
- O IDSR 2013;
- O Sistema de Inquérito Multiobjectivos Contínuo para o seguimento dos indicadores sociais (condições de vida, emprego, consumo das famílias, governação, migrações,);
- Os Inquéritos e o Recenseamento Agrícola de 2014;
- A melhoria das estatísticas de fontes administrativas (Registo Civil, estatísticas do trabalho, saúde, educação, transportes, pescas, migrações, comércio externo);

- A melhoria da cobertura estatística ao nível sectorial (Justiça e segurança, estatísticas do trabalho, segurança social, ambiente, turismo, água, energia, infraestruturas, etc.).

Ao nível da comunicação e divulgação dos dados, as acções prioritárias são as seguintes:

- O fortalecimento e a implementação da Estratégia de Informatização do SEN através da implementação do Plano Tecnológico;
- O reforço da divulgação e da comunicação de dados;
- A publicação regular de um Catálogo de Publicações Estatísticas;
- O estabelecimento de um banco de dado centralizado (dos ODINE);
- A elaboração e divulgação dos Anuários Estatísticos;
- A elaboração e respeito dos Calendários de Publicação.

Ao nível do reforço das capacidades em recursos humanos, as acções prioritárias são as seguintes:

- A implementação de um plano de formação de pessoal;
- A formação dos novos quadros estatísticos nas escolas de Estatística e a criação de um centro nacional de formação dos quadros médios em Cabo Verde;
- O reforço das capacidades dos ODINE em quadros estatísticos e a introdução da formação contínua;
- A elaboração e a adopção de um Estatuto de Pessoal mais atraente.

Ao nível do reforço do quadro jurídico e institucional, as prioridades são as seguintes:

- O reforço da Coordenação Estatística;
- O reforço do CNEST na gestão da Agenda Estatística;
- A criação de Delegações Regionais nas outras ilhas.

## V. OS PLANOS DE ACÇÕES

A implementação da visão desejada pelo SEN será feita através da realização dos objectivos estratégicos delineados nos quatro eixos estratégicos já definidos. Os planos de acção reflectem a operacionalização da visão através de uma programação plurianual de actividades para alcançar os resultados e os produtos esperados com a mobilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros disponíveis para conduzir a implementação das acções previstas.

Deste modo, em 2016, o SEN terá um quadro legal e institucional mais reforçado, com um sistema de coordenação técnico e jurídico dinâmico. A produção estatística será melhorada e haverá uma utilização mais acrescida dos dados estatísticos disponíveis nos vários domínios da vida económica e social. Além disso, as capacidades do SEN serão reforçadas com recursos humanos em quantidade e qualidade, através da formação e também com recursos materiais e financeiros.

## VI. O FINANCIAMENTO DA ENDE

### VI-1. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO

A avaliação da ENDE é feita de acordo com os custos das operações estatísticas (censos, inquéritos de âmbito nacional ou localizado, a recolha de dados de fontes administrativas), formação e recrutamento de pessoal, análise e publicação de dados estatísticos e os meios materiais correspondentes.

A estratégia de avaliação dos custos das actividades estima-se a partir das estruturas estatísticas anteriores, inspirando-se nas suas experiências na matéria e que permitiram obter as informações.

O custo da ENDE não inclui o funcionamento corrente das estruturas da estatística, ou seja, os salários, os consumíveis e outras despesas de funcionamento que são suportados pelo orçamento anual.

O custo da ENDE 2012-2016 é de **dois mil milhões, duzentos e vinte e três milhões, vinte e dois mil e cem e dois Escudos (2.223.022.102 ECV)**, o que corresponde a **20.160.723 Euros**. A tabela a seguir apresenta detalhadamente esses custos, por eixo estratégico e por objectivo estratégico.

Quadro nº3 : Orçamento da ENDE 2012-2016 por eixos e por objectivos estratégicos (ECV)

<b>Eixos estratégicos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Eixo estratégico: Consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional</b>	-	<b>5 800 000</b>	<b>11 100 000</b>	<b>6 000 000</b>	<b>10 000 000</b>	<b>32 900 000</b>
Objectivo estratégico 1.1 : Reforçar o dispositivo legislativo, institucional e organizacional	-	4 000 000	8 400 000	4 000 000	4 000 000	20 400 000
Objectivo estratégico 1.2 : Reforçar a coordenação estatística e a parceria	-	1 800 000	2 700 000	2 000 000	6 000 000	12 500 000
<b>Eixo estratégico 2 : Melhoria da produção estatística e da análise dos dados</b>	<b>68 415 352</b>	<b>416 609 516</b>	<b>374 204 790</b>	<b>218 300 319</b>	<b>168 224 459</b>	<b>1 245 754 436</b>
<b>Objectivo estratégico 2.1. : Reforçar a produção estatística</b>	68 415 352	411 709 516	368 304 790	214 200 319	163 124 459	1 225 754 436
<b>Objectivo estratégico 2.2 : Melhorar a qualidade dos dados</b>	-	3 500 000	4 500 000	3 500 000	4 500 000	16 000 000
<b>Objectivo estratégico 2.3 : Promover a análise aprofundada dos dados e a pesquisa</b>	-	1 400 000	1 400 000	600 000	600 000	4 000 000
<b>Eixo estratégico 3 : Promoção da comunicação, difusão e utilização dos dados</b>	<b>700 000</b>	<b>56 050 000</b>	<b>261 200 000</b>	<b>108 700 000</b>	<b>23 256 532</b>	<b>449 906 532</b>
<b>Objectivo estratégico 3.1 : Reforçar e implementar a estratégia de informatização do SEN</b>	-	50 000 000	250 000 000	100 000 000	14 556 532	414 556 532
<b>Objectivo estratégico 3.2 : Reforçar a difusão dos dados e a comunicação</b>	-	4 000 000	7 500 000	5 000 000	5 000 000	21 500 000
<b>Objectivo estratégico 3.3 : Promover a utilização dos dados estatísticos</b>	700 000	2 050 000	3 700 000	3 700 000	3 700 000	13 850 000
<b>Eixo estratégico 4 : Reforço das capacidades em recursos humanos, matérias e financeiros</b>	-	<b>11 440 000</b>	<b>50 040 905</b>	<b>126 480 229</b>	<b>306 500 000</b>	<b>494 461 134</b>
<b>Objectivo estratégico 4.1 : Melhorar a gestão dos recursos humanos estatísticos (INE e ODINE)</b>	-	-	4 500 000	21 500 000	1 500 000	27 500 000
<b>Objectivo estratégico 4.2 : Implementar o Plano de Formação -Reforço das capacidades humanas do SEN</b>	-	11 440 000	44 890 905	94 980 229	45 000 000	196 311 134
<b>Objectivo estratégico 4.3 : Reforçar as capacidades financeiras e materiais</b>	-	-	650 000	10 000 000	260 000 000	270 650 000
<b>TOTAL</b>	<b>69 115 352</b>	<b>489 899 516</b>	<b>696 545 695</b>	<b>459 480 548</b>	<b>507 980 991</b>	<b>2 223 022 102</b>

A análise da tabela acima mostra que :

- O eixo estratégico nº1 «Consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional» é de trinta e dois milhões e novecentos mil Escudos (32.900.000 ECV), o que corresponde a 298.372,1 Euros; ou seja, 1,48% do orçamento global da ENDE
- O eixo estratégico nº2 «Melhoria da produção estatística e da análise dos dados» custa **mil milhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis (1.245.754.436 ECV) Escudos**, correspondendo a **11.297.822,8 Euros** ou seja 56,04% do orçamento da ENDE ;
- O eixo estratégico nº3 «Promoção da comunicação, difusão e utilização dos dados» custa **quatrocentos e quarenta e nove milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e trinta e dois Escudos (449.906.532 ECV)**, correspondendo a 4.080.229,7 Euros ou seja, 20,24% do orçamento global ;
- Finalmente, o eixo estratégico nº4 «Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiros» tem o custo de **quatrocentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cento e trinta e quatro Escudos (494.461.134 ECV)**, o que corresponde a 4.484.298,1 Euros ou seja 22,24% do orçamento global.

Constatou-se que o eixo quatro, dedicado à melhoria da produção estatística e análise dos dados, concentra mais recursos (56% do orçamento total), a seguir vem o eixo de reforço das capacidades em recursos humanas, materiais e financeiras e, finalmente, o eixo respeitante à consolidação do quadro institucional cuja responsabilidade cabe ao INE e ao CNEST.

O Quadro nº4 apresenta a distribuição do financiamento da ENDE por sector ou estrutura estatística nos ministérios.

Quadro nº4 : Orçamento da ENDE 2012-2016 (em ECV) por sector (estrutura responsável)

Eixos estratégicos	Sector/Estrutura responsável	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
<b>Eixos estratégicos 1, 2,3 e 4</b>	INE	31 161 652	305 049 516	234 970 695	213 905 548	407 949 459	1 193 036 870
	INE/CNS	-	55 800 000	263 600 000	106 000 000	24 556 532	449 956 532
	CSS SIDA	-	-	-	7 000 000	-	7 000 000
	MDR	9 000 000	66 000 000	125 000 000	63 000 000	43 000 000	306 000 000
	DGT	-	-	-	-	-	-
	SAUDE	-	9 000 000	21 500 000	27 000 000	7 000 000	64 500 000
	AGRICULTURE	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	7 500 000
	EDUCATION	5 953 700	11 550 000	8 975 000	8 075 000	3 975 000	38 528 700
	JUSTICE	-	10 000 000	12 000 000	10 000 000	3 000 000	35 000 000
	BCV	-	-	-	-	-	-
	INDP	14 000 000	18 000 000	14 000 000	18 000 000	14 000 000	78 000 000
	IEFP	7 500 000	8 000 000	12 000 000	-	-	27 500 000
	SSN	-	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	12 000 000
	CNS	-	2 000 000	-	2 000 000	-	4 000 000
<b>TOTAL EIXOS ESTRATÉGICOS</b>		<b>69 115 352</b>	<b>489 899 516</b>	<b>696 545 695</b>	<b>459 480 548</b>	<b>507 980 991</b>	<b>2 223 022 102</b>

## VI-2. PLANO DE FINANCIAMENTO DA ENDE

A implementação efectiva da ENDE exige a mobilização de recursos financeiros através de um plano de financiamento adequado. Assim, após a aprovação da ENDE pelas autoridades competentes, o Governo irá proceder à implementação de uma estratégia nacional de mobilização de fundos necessários, junto dos seus parceiros técnicos e financeiros, em complemento dos seus esforços financeiros próprios.

O Governo de Cabo Verde vai concentrar os seus esforços na consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional, apoiando as suas actividades com um financiamento de 60% do orçamento atribuído a este eixo estratégico.

No campo da produção estatística, os esforços do Governo serão focalizados no financiamento da produção estatística corrente das instituições públicas e na divulgação regular dos dados.

Todavia, os parceiros técnicos e financeiros serão convidados a esforçar-se mais no financiamento das actividades estatísticas relacionadas com os inquéritos estatísticos,

incluindo as operações estatísticas de cobertura nacional, principalmente a produção de dados estatísticos conjunturais, com vista à disponibilização de dados fiáveis para a implementação, o acompanhamento e a avaliação da estratégia de crescimento acelerado e de redução da pobreza.

Além disso, os parceiros técnicos e financeiros serão convidados a reforçar as capacidades dos recursos humanos, materiais e financeiros do Sistema Estatístico Nacional, pelo financiamento da formação dos quadros estatísticos nas escolas de Estatística e a formação no País de quadros estatísticos médios com vista a satisfazer as necessidades urgentes em pessoal qualificado. A contribuição esperada dos parceiros técnicos e financeiros para esses dois componentes é de cerca de 59,7 por cento dos orçamentos da ENDE e de 40,3% do Governo de Cabo Verde.

Quadro nº5: Plano de financiamento da ENDE por eixos e por objectivos estratégicos (em milhar de Escudos-EC)

Eixos estratégicos	2012		2013		2014		2015		2016		TOTAL	
	OE	PTF	OE	PTF	OE	PTF	OE	PTF	OE	PTF	OE	PTF
<b>Eixo estratégico 1 : Consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional</b>	-	-	3 480	2 320	6 660	4 440	3 600	2 400	6 000	4 000	19 740	13 160
Objectivo estratégico 1.1 : Reforçar o dispositivo legislativo, institucional e organizacional	-	-	2 400	1 600	5 040	3 360	2 400	1 600	2 400	1 600	12 240	8 160
Objectivo estratégico 1.2 : Reforçar a coordenação estatística e a parceria	-	-	1 080	720	1 620	1 080	1 200	800	3 600	2 400	7 500	5 000
<b>Eixo estratégico 2 : Melhoria da produção estatística e a análise dos dados</b>	<b>27,4</b>	<b>41 049</b>	<b>166 644</b>	<b>249 966</b>	<b>149 682</b>	<b>224 523</b>	<b>87 320</b>	<b>130 980</b>	<b>67 290</b>	<b>100 935</b>	<b>498 302</b>	<b>747 453</b>
Objectivo estratégico 2.1 : Reforçar a produção estatística	27,4	41 049	164 684	247 026	147 322	220 983	85 680	128 520	65 250	97 875	490 302	735 453
Objectivo estratégico 2.2 : Melhorar a qualidade dos dados	-	-	1 400	2 100	1 800	2 700	1 400	2 100	1 800	2 700	6 400	9 600
Objectivo estratégico 2.3 : Promover a análise aprofundada dos dados e a pesquisa	-	-	560	840	560	840	240	360	240	360	1 600	2 400
<b>Eixo estratégico 3 : Promoção da comunicação, difusão e da utilização dos dados</b>	<b>280</b>	<b>420</b>	<b>22 420</b>	<b>33 630</b>	<b>104 480</b>	<b>156 720</b>	<b>43 480</b>	<b>65 220</b>	<b>9 303</b>	<b>13 954</b>	<b>179 963</b>	<b>269 944</b>
Objectivo estratégico 3.1 : Reforçar e implementar a estratégia de informatização do SEN	-	-	20 000	30 000	100 000	150 000	40 000	60 000	5 823	8 734	165 823	248 734
Objectivo estratégico 3.2 : Reforçar a difusão dos dados e a comunicação	-	-	1 600	2 400	3 000	4 500	2 000	3 000	2 000	3 000	8 600	12 900
Objectivo estratégico 3.3 : Promoção da utilização dos dados estatísticos	280	420	820	1 230	1 480	2 220	1 480	2 220	1 480	2 220	5 540	8 310
<b>Eixo estratégico 4 : Reforço das capacidades em recursos humanos, materiais e financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 576</b>	<b>6 864</b>	<b>20 016</b>	<b>30 025</b>	<b>50 592</b>	<b>75 888</b>	<b>122 600</b>	<b>183 900</b>	<b>197 784</b>	<b>296 677</b>
Objectivo estratégico 4.1 : Melhorar a gestão dos recursos humanos estatísticos (INE e ODINE)	-	-	-	-	1 800	2 700	8 600	12 900	600	900	11 000	16 500
Objectivo estratégico 4.2 : Implementar o Plano de Formação - Reforço das capacidades humanas do SEN	-	-	4 576	6 864	17 956	26 935	37 992	56 988	18 000	27 000	78 524	117 787
Objectivo estratégico 4.3 : Reforçar as capacidades financeiras e materiais	-	-	-	-	260	390	4 000	6 000	104 000	156 000	108 260	162 390
<b>TOTAL</b>	<b>41 469</b>	<b>27 646</b>	<b>293 940</b>	<b>195 960</b>	<b>417 927</b>	<b>278 618</b>	<b>275 688</b>	<b>183 792</b>	<b>304 789</b>	<b>203 192</b>	<b>895 789</b>	<b>1 327 233</b>

Observação : OE- Orçamento do Estado ; PTF- Parceiros Financeiros e Técnicos.

### VI-3. MECANISMO E ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O financiamento da implementação da ENDE é uma vertente muito importante para o sucesso do processo desenvolvido desde o diagnóstico do SEN, a adopção da visão e as estratégias e os planos adoptados, a fim de se alcançarem os objectivos e os resultados esperados. A mobilização dos financiamentos far-se-á em duas direcções principais, ou seja o orçamento nacional e as contribuições dos PTFs e, em menor escala, os recursos próprios gerados pelas estruturas estatísticas. A problemática de financiamento da ENDE, não diz apenas respeito ao órgão central do SEN que é o INE, mas igualmente ao conjunto dos actores do Sistema. Neste sentido, a procura de financiamento deve ser feita de forma participativa.

Os PTFs serão postos a contribuição para o financiamento de operações estatísticas de larga escala, com custos de realização de grande monta, através de dinheiro líquido ou de assistência técnica.

A mobilização dos financiamentos a nível do Estado irá permitir a assunção dos custos dos inquéritos e das recolhas de rotina, bem como o funcionamento das estruturas. Neste sentido, o Programa Estatístico Anual do INE será adoptado pelo Conselho de Administração e o Programa Estatístico Anual do SEN será adoptado pelo CNEST e seguidamente pelo Governo. Deste modo, uma linha será inscrita no Orçamento do Estado para o financiamento das actividades estatísticas. Além disso, cada estrutura estatística sectorial pode também inscrever-se no orçamento do seu departamento ministerial numa linha orçamental para o financiamento das actividades estatísticas.

No entanto, uma estratégia mais operacional e eficaz seria a criação de um fundo para o desenvolvimento da Estatística, com o apoio dos PTFs com vista a um financiamento mais adequado das actividades estatísticas.

## VII. O DISPOSITIVO DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

### VII-1. OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A implementação da ENDE é uma fase importante para o sucesso do processo. A sua responsabilidade incumbe a todos os actores do Sistema Estatístico Nacional. Ela será regida pelos seguintes princípios orientadores: subsidiariedade, co-decisão, flexibilidade, transparência e a equidade.

**Princípio da subsidiariedade:** as actividades do programa são realizadas a um nível maximal pelos actores do SEN e a coordenação pertença ao CNEST através do seu Secretariado.

**Princípio de co-decisão:** as decisões sobre o conteúdo dos programas estatísticos anuais só podem ser tomadas pelo CNEST, que é o órgão representativo das partes envolvidas através do INE.

**Princípio da flexibilidade:** o programa de actividades será flexível e qualquer necessidade nova pode ser tomada em conta, em conformidade com os mecanismos estabelecidos.

**Princípio de transparência:** um relatório de actividade será preparado pelo Secretariado do SNC anualmente e a validação antes da sua publicação será da responsabilidade do CNEST.

**Princípio de equidade:** as dimensões central, sectorial, regional e de género são tidas em conta no processo de implementação da ENDE.

## VII-2. COORDENAÇÃO E PILOTAGEM DA ENDE

A pilotagem da ENDE assenta num dispositivo contendo os seguintes níveis :

- (i) Os serviços estatísticos sectoriais nos Ministérios ou ODINE, que representa o primeiro nível;
- (ii) O Instituto Nacional de Estatística (INE), cujo papel é duplo, ou seja, o órgão central do SEN e o Secretariado do CNEST;
- (iii) O Conselho Nacional de Estatística;
- (iv) O Conselho de Ministros.

Cada estrutura representa um elo essencial no desenvolvimento e acompanhamento da implementação da agenda estatística. Mas, existe uma deficiência na estruturação do CNEST, concretamente a ausência de secções especializadas (agrupamento de uma série de serviços estatísticos sectoriais, de acordo com critérios específicos), cujo papel é essencial para o funcionamento dessa estrutura através da elaboração dos programas e de relatórios de actividades, validação das metodologias dos inquéritos e da emissão de vistos. Esta lacuna poderá ser preenchida durante a implementação da Agenda Estatística.

### VII-2.1 AS ESTRUTURAS DESENVOLVIDAS

#### **As estruturas de produção ou ODINE**

Estas estruturas desenvolvem os seus programas de actividades no seu domínio de competência por um período de cinco anos e assegura a sua implementação. São actividades relacionadas com os inquéritos e a recolha de dados provenientes de fontes administrativas para as suas próprias necessidades e as dos utilizadores. Estes programas são validados pelos primeiros responsáveis, antes da sua transmissão ao INE, para compilação. Estas estruturas elaboram igualmente relatórios de actividade, que são enviados para o INE. Os Relatórios de actividade são também transmitidos à secretaria do CNEST, que fará uma síntese dos mesmos.

## **O secretariado do CNEST**

A Directora das Contas Nacionais do INE assegura o Secretariado do CNEST e nesta qualidade, elabora o seu programa de actividades; recebe também, os programas de actividades das outras estruturas para fazer uma síntese. Nesta base, é elaborado um programa plurianual para o conjunto do SEN, cuja validação é da responsabilidade do CNEST. São igualmente compilados e sintetizados, os relatórios de actividades transmitidos pelas estruturas de produção

O CNEST analisa e adopta o programa plurianual e o relatório anual que foram preparados e apresentados pelo Secretariado.

## **O Conselho de Ministros**

O Conselho de Ministros aprova o programa de actividades e os relatórios de actividades que lhe são apresentados e dá a sua aprovação para o financiamento de actividades.

## **Outras estruturas de pilotagem que deverão ser criadas**

Para reforçar a pilotagem e o acompanhamento das actividades do SEN, propõe-se a criação de secções especializadas dentro do CNEST, já previstas na Lei do SEN e uma direcção da coordenação estatística no INE, para apoiar o Secretariado do CNEST.

Podemos reter as seguintes cinco secções:

- Organização do Sistema Estatístico, legislação, recursos humanos e financiamento;
- Estatísticas demográficas e sociais;
- Estatísticas económicas e financeiras;
- Estatísticas do sector rural e do ambiente;
- Processamento, arquivamento, divulgação de dados e tecnologias da informação e da comunicação.

## VII-3. OS ELEMENTOS DE BASE DE SEGUIMENTO E DE AVALIAÇÃO DA PILOTAGEM DA ENDE

### VII-3.1. OBJECTIVOS E RESULTADOS ESPERADOS DO SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA ENDE

O seguimento e a avaliação da implementação da ENDE destina-se a proporcionar aos actores do SEN, aos decisores políticos e aos parceiros técnicos e financeiros, informações ou indicadores pertinentes de resultados da implementação dos planos de acção e indicadores de impacto que reflectem as mudanças operadas no aparelho estatístico em termos de progresso na prestação de informações estatísticas aos utilizadores.

### VII-3.2 FERRAMENTA DE SEGUIMENTO - AVALIAÇÃO

O dispositivo de seguimento/avaliação da ENDE inclui, além do dispositivo de pilotagem, os parceiros técnicos e financeiros e os utilizadores. Este dispositivo irá controlar os elementos seguintes: (i) o seguimento do processo de implementação da estratégia. (ii) a avaliação dos resultados em termos de efeitos e impactos (iii) o seguimento e a avaliação da execução financeira.

Os resultados operacionais da implementação da ENDE podem ser avaliados em termos físicos, ou seja, pelo nível de realização alcançado, o respeito do calendário de realização, e em termos financeiros, através do nível de mobilização dos recursos. Acrescentam-se também os relatórios anuais de actividades das estruturas produtoras (actores do SEN), os relatórios estatísticos nacionais do CNEST, os relatórios de alguns projectos ou de parceiros, a revisão a meio percurso da ENDE em 2014 e o balanço da ENDE, no final de 2016.

Os indicadores de realização podem ser estabelecidos de acordo com a tabela a seguir para avaliar os níveis das realizações físicas.

Quadro n.º 6: O nível de actividades estatísticas, grau de ponderação

<b>Tipo de operação (principais produtos a fornecer)</b>	<b>Níveis de realização das actividades</b>	<b>Ponderações (em %)</b>	<b>Ponderações acumuladas (em %)</b>
Inquéritos e recenseamentos	Concepção metodológica (orçamento, cronograma, plano e base de sondagem, formação, pré-teste)	20	20
	Recolha de dados no terreno	30	50
	Digitação dos dados e apuramento	10	60
	Resultados preliminares	20	80
	Resultados definitivos, publicação	20	100
Análises dos dados (Estudos descritivos e aprofundados)	Preparações em curso, TDR finalizados	20	20
	Relatório ou nota provisória (esboço)	30	50
	Relatório ou nota final	50	100
Reestruturação, reorganização	Preparações em curso, TDR finalizados	20	20
	Trabalhos iniciados e aprimoramento em curso	60	80
	Trabalhos inteiramente executados	20	100

Os efeitos de impacto serão avaliados pelos utilizadores a partir de um inquérito sobre a satisfação das suas necessidades em dados estatísticos. Este inquérito será realizado pelo INE e o CNEST. Além disso, as análises de efeito e de impacto podem ser feitas através de um inquérito sobre as mudanças verificadas na produção estatística, ao nível institucional, e sobre a qualidade dos dados. Este inquérito será conduzido pelo INE.

### VII-3.1.3 REVISÃO DA ENDE E ELABORAÇÃO DE UMA NOVA ENDE

A implementação da ENDE, bem como a sua elaboração, deve ser feita de forma participativa, implicando todos os actores em qualquer nível. Dada a evolução das necessidades dos utilizadores relacionados com factores internos e externos, é necessário adoptar uma estratégia adequada para apoiar o surgimento de novas necessidades. Neste sentido, a ENDE poderia ser submetida a uma revisão no decorrer do ano de 2014, dependendo das necessidades e com base nos esclarecimentos dos inquéritos que serão realizados pelo INE junto dos utilizadores.

## VII-4 RISCOS E ESTRATÉGIA DE GESTÃO

A implementação da ENDE para o período 2012-2016 pode envolver riscos de várias ordens, entre os quais:

- (i) Um risco institucional, ligado a uma mudança institucional que pode atenuar o compromisso do Estado no financiamento da agenda estatística;
- (ii) Um risco relacionado com uma insuficiência de dotações orçamentais ou a uma parceria deficiente entre os actores do SEN e os utilizadores,
- (iii) Um risco ligado à dependência de financiamento externo para a realização dos programas estatísticos;
- (iv) Uma coordenação deficiente dos parceiros técnicos e financeiros no financiamento das actividades;
- (v) A não disponibilidade atempada dos recursos financeiros;
- (vi) A insuficiência de recursos humanos qualificados;
- (vii) Uma fraqueza da coordenação estatística;
- (viii) Um fraco dinamismo no dispositivo de pilotagem da ENDE.

Os riscos acima mencionados serão atenuados, se forem levadas em conta uma série de considerações, tanto do lado dos decisores políticos, dos PTFs, como da parte do SEN e dos utilizadores.

A elaboração, o acompanhamento da implementação e o financiamento da Agenda Estatística 2006-2011 demonstram o compromisso das autoridades políticas do País em apoiar o SEN. A este respeito e em coordenação com os seus parceiros, o Governo contribuiu com a mobilização de recursos próprios e dos parceiros para o financiamento da Agenda Estatística anterior. Seria desejável que os fundos mobilizados no quadro desta Agenda Estatística 2012-2016 fossem depositados numa conta «Fundos de Estatísticas» para se poder realizar atempadamente as actividades planificadas.

Uma coordenação eficiente do SEN é um factor essencial na gestão rigorosa dos recursos financeiros que são colocados à disposição do Sistema Estatístico Nacional. É por isso que o dispositivo de pilotagem da Agenda Estatística deve funcionar eficazmente.

No que concerne à insuficiência de recursos humanos qualificados, é necessário que os poderes públicos continuem a afirmar o seu compromisso em apoiar o plano de formação definido na ENDE, a adoptar e a implementar um estatuto do pessoal estatístico do SEN para melhor motivar os quadros. É igualmente necessário que o Estado e os seus parceiros

técnicos e financeiros reafirmem o seu compromisso em apoiar o reforço das capacidades humanas e, mais especificamente, através do financiamento de acções de formação e concessão de bolsas de estudo para cursos superiores ou estágios de aperfeiçoamento.

## CONCLUSÃO

A elaboração do documento de ENDE para o período 2012-2016 foi bem sucedida graças à mobilização e à participação activa de todos os actores do Sistema Estatístico Nacional, a saber, os produtores e utilizadores de dados estatísticos, bem como o sector público, e privado, parceiros técnicos e financeiros ao longo do processo.

Este exercício permitiu fazer o balanço da situação do Sistema Estatístico Nacional, após a implementação da Agenda Estatística 2006-2011, com o apoio do Governo e dos seus parceiros, medir os esforços desenvolvidos no reforço das capacidade do Sistema Estatístico Nacional, identificar as fraquezas, e os grandes desafios a ultrapassar.

Na verdade, a implementação da Agenda Estatística no decorrer do período 2006-2011 permitiu o reforço das capacidades institucionais, jurídicas e da coordenação estatística, com a aprovação de uma Lei Estatística, a implementação do CNEST e a instalação do seu Presidente, a transformação do INE em organismo público de carácter administrativo e a elaboração de um estatuto de pessoal. Além disso, várias operações estatísticas foram realizadas, incluindo o Recenseamento Geral da População e da Habitação, cujos resultados foram publicados num curto espaço de tempo, graças à utilização de uma tecnologia avançada. O reforço das capacidades dos recursos humanos foi realizado através da formação de quadros em diversas áreas.

No entanto, ainda subsistem problemas que são susceptíveis de conter o impulso do Sistema Estatístico Nacional. Por outro lado, com vista a consolidar e sustentar os resultados da Agenda Estatístico 2006-2011, o Governo procedeu à elaboração de uma ENDE (nova Agenda Estatística), que estará alinhada com as prioridades nacionais em matéria de dados estatísticos do próximo Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP-III 2012-2016), do UNDAF 2012-2016 (United Nations Development Assistance Framework) da nova Convenção Cabo Verde – União Europeia para o período de 2012-2014 e do Quadro de Despesas a Médio Prazo.

Os objectivos pretendidos são, nomeadamente, a melhoria do quadro institucional, jurídico e organizacional, a melhoria da produção estatística e da análise dos dados, a melhoria da comunicação, a divulgação e o arquivamento dos dados e, finalmente, a melhoria das capacidades humanas, materiais e financeiras.

Para garantir o sucesso da implementação e da monitorização desta estratégia, um mecanismo operacional de seguimento será criado, cabendo ao CNEST e ao INE a gestão e a coordenação.

O Governo, com o apoio dos seus parceiros técnicos e financeiros disponibilizará ao Sistema Estatístico, em tempo útil, os recursos financeiros necessários para alcançar os objectivos pretendidos.

## BIBLIOGRAFIA

- Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2011; Abril 2007;
- Aide mémoire de la mission de la Banque Mondiale-CEA-EUROTAT-PARIS21 à Praia, du 13 au 17 décembre 2010 ; 9 pages ;
- Aide mémoire de la mission de Paris21 au Cap vert du 5 au 10 mars 2010 ; 4 pages ;
- Boletim oficial, sumário, I serie, número 9 ; Segunda-feira, 2 de Março de 2009: Lei n°35/VII/2009, lei n°36/VII/2009 e lei n°37/VII/2009 ;
- Burkina Faso, CNS, Schéma directeur de la statistique 2011- 2015, Décembre 2010 ;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística de Cabo Verde (Agenda estatística) para o período 2012- 2016 : Ponto de Situação e Análise Diagnóstica do sistema estatístico nacional, Junho de 2012 ;
- Guide pour l'élaboration d'une Stratégie Nationale de Développement de la Statistique (SNDS), Secrétariat de PARIS21, Novembre 2004.
- INE, Plano de formação a Médio prazo para o Sistema Estatístico Nacional 2011 a 2014 ; Março 2011 ;
- INE, Sistema Estatístico Nacional, Plano Tecnológico 2006-2010,
- Le Financement des Activités Statistiques Nationales, Gérard Chenais, novembre 2009, Secrétariat de PARIS21.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Direcção Geral do Planeamento; Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II ; Maio 2008 ;
- Mission de faisabilité /identification ; Atelier national sur les statistiques de la pauvreté au Niger, Niamey du 13 au 29 septembre 2001, Version 2, 26 octobre 2001 ; Abdou ABDALLAH, Consultant.
- Mission de la CEA à Praia du 2 au 7 mai 2011 : Agenda statistique au Cap Vert-2012-2016, projet de feuille de route, 21 pages ;
- Niger, Conseil National de la Statistique, La stratégie nationale de développement de la statistique (SNDS), Niamey, septembre 2007;
- République du Cap-Vert, Banque Africaine de Développement, Document de Stratégie -pays 2009- 2012 ; septembre 2009 ;
- stratégie de développement de la statistique (ENDE) de Guinée-Bissau; etape2: bilan de l'existant, Mars 2010 ;
- Tchad, Conseil Supérieur de la Statistique, Stratégie Nationale de Développement de la Statistique 2011- 2015, Octobre 2011 ;
- Une Stratégie Nationale de Développement de la Statistique-SNDS : Proposition de structure de document final, Secrétariat de PARIS21, Octobre 2008, Document en cours (Gérard Chenais).

## ANEXOS

### ANEXO 1 : Quadro nº7 : Plano de acção operacional (orçamentação em ECV das actividades por ano)

Eixo estratégico 1	Estrutura responsável	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
<b>Eixo estratégico 1 : Consolidação do quadro institucional, legislativo e organizacional</b>							
<b>Objectivo estratégico 1.1 : Reforçar o dispositivo legislativo, institucional e organizacional</b>		0	4 000 000	8 400 000	4 000 000	4 000 000	20 400 000
<b>Objectivo operacional 1.1.1 : Avaliar e melhorar a legislação</b>		0	3 000 000	-	-	-	3 000 000
Avaliar o funcionamento do SEN	Consultor		2 000 000				2 000 000
Adoptar os novos textos de aplicação: caderno de encargo estatísticas, Composição do CNEST			1 000 000				1 000 000
Organizar os juramentos de todos os estatísticos não ajuramentados							
Regulamento do trabalho extraordinário do INE	INE	Pm					
Regulamento das deslocações em serviço dos funcionários do INE	INE	Pm					
Regulamento do uso dos veículos do INE	INE	Pm					
Regulamento da conservação dos arquivos do INE	INE	Pm					
Regulamento da Biblioteca do INE	INE	Pm					
Regulamento/política do acesso aos dados (confidencialidade, anonimato, laboratório de dados)	INE		pm				
Ratificação da Carta Africana da Estatística	CNEST		pm				
Elaboração da política de difusão (finalizar a política em via de elaboração)	INE		pm				

<b>Eixo estratégico 1</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Elaboração da estratégia de difusão do SEN	INE		pm				
Actualização do plano de formação	INE		pm				
Actualização do plano tecnológico	INE		pm	pm	pm	pm	
Elaboração da carta de qualidade do INE	INE		pm				
Manual de acolhimento de novos funcionários do INE	INE		pm				
Nomeação do conselho de administração do INE	INE		pm				
Regulamento de vigilância das instalações do INE	INE		pm				
Regulamento de acesso e circulação e permanência de pessoas nas instalações do INE	INE		pm				
Política de segurança	INE		pm	pm			
Política de Tarifação e distribuição	INE	pm					
Criação do fundo para o desenvolvimento estatístico	CNEST/INE						
<b>Objectivo operacional 1.1.2: Institucionalizar os recenseamentos e os inquéritos de envergadura nacional</b>		0	-		-	-	-
Institucionalização das grandes operações estatísticas pelo governo	CNEST/INE			1 700 000			1 700 000
<b>Objectivo operacional 1.1.3 : Melhorar o funcionamento do INE</b>		0	-	-	-	-	-
Elaborar novos textos sobre o estatuto do pessoal do INE	INE						
Elaborar e adoptar um novo organograma do INE incluindo uma direcção responsável pela coordenação da ENDE	INE						
Descentralização do INE - criação de serviços estatísticos nas ilhas	INE						

Eixo estratégico 1	Estrutura responsável	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
<b>Objectivo operacional 1.1.4 : Melhorar o funcionamento do CNEST</b>		0	-	4 000 000	3 000 000	3 000 000	10 000 000
Vulgarização larga dos textos (leis, decretos de aplicação, ect,)	INE			1 000 000			1 000 000
Criação de secções especializadas do CNEST e Institucionalizar as reuniões	INE			1 000 000	1 000 000	1 000 000	3 000 000
Assegurar o funcionamento regular do CNEST e das secções especializadas	INE			2 000 000	2 000 000	2 000 000	6 000 000
<b>Objectivo operacional 1.1.5 : Reforçar o dispositivo estatístico a nível sectorial (Ministérios) e descentralizado (a nível das outras ilhas) ;</b>		0	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000
Continuar a criação dos ODINE nos ministérios	INE						-
Elaborar um organograma tipo para os ODINE	INE						-
Reforçar as capacidades técnicas dos ODINE (Apoio técnico pontual)	INE		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000
Desenvolver a coordenação estatística a nível das ilhas (a nível regional)	INE						
<b>Objectivo operacional 1.1.6 : Reforçar / criação de instituições de formação e de capacitação no domínio da estatística.</b>		0	-	3 400 000	-	-	3 400 000
Avaliar as necessidades em pessoal estatísticos do SEN (quadros adjuntos)	INE						-
Estabelecer parcerias para a criação do centro de formação em estatística existente (ENSEA de Abidjan ou Yaoundé)-missões e viagem de estudo	INE			3 400 000			3 400 000
Elaborar os textos para a criação de centro de formação em estatística	INE						
Avaliar o funcionamento do centro de formação dos estatísticos	INE						
<b>Objectivo estratégico 1.2 : Reforçar a coordenação estatística e a parceria</b>		0	1 800 000	2 700 000	2 000 000	6 000 000	12 500 000

<b>Eixo estratégico 1</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Objectivo operacional 1.2.1 : Desenvolver e divulgar as ferramentas estatísticas em conformidade com as normas nacionais e internacionais		0	-	-	-	-	-
Elaborar ou actualizar as ferramentas de coordenação técnicas em conformidade com as normas internacionais (conceitos e definições, nomenclaturas, metadados, etc.) ;	INE	pm	pm				
Propagar e generalizar a utilização das ferramentas técnicas da coordenação	INE	pm	pm				
Generalizar e sistematizar a elaboração dos metadados a todos as estatísticas produzidas pelo INE, ao nível dos serviços estatísticos sectoriais	INE	pm	pm				
Reforço da coordenação dos sectores (justiça e Segurança, Segurança social, desporto, cultura e lazer, saúde, educação, etc)							
Manual de procedimentos da produção estatística do INE							
Manual de classificação das actividades do INE							
Manual de procedimentos da área de RH							
Manual de Normas gráficas para a elaboração de publicações							
Implementação do novo quadro privativo do pessoal do INE							
Implementação do novo Sistema de renumeração do pessoal do INE							
Implementação do novo estatuto do pessoal do INE							
Implementação do novo regulamenta das carreiras profissionais do INE							
Implementação dos normativos complementares da Lei do SEN							

Eixo estratégico 1	Estrutura responsável	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Adesão ao NSDD do FMI							
Operacionalização de instrumentos de coordenação estatística (BDEO)							
Criação de mecanismos para o acesso a dados administrativos							
<b>Objectivo operacional 1.2.2 : Reforçar o management e a programação das actividades estatísticas</b>		0	1 800 000	-	2 000 000	5 000 000	8 800 000
Formar os responsáveis do SEN em programação das actividades, management e gestão orientada para os resultados			1 800 000		2 000 000		3 800 000
Elaboração de relatórios estatísticos anuais pelas estruturas do SEN	INE						-
Assegurar o seguimento da agenda estatística e a elaboração de relatório nacional anual	INE						-
Avaliar a execução da agenda estatística	INE						-
Elaboração da agenda estatística para o período 2017- 2021	INE					5 000 000	5 000 000
Elaborar um Plano anual e plurianual de actividades	INE						
Relatório anual de actividades							
Criação de instrumentos de avaliação e seguimento da implementação da agenda estatística (Base de dados de seguimento)	CNEST/INE						
Avaliação da Agenda 2012/ elaboração da agenda 2016	CNEST/INE						

<b>Eixo estratégico 1</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Objectivo operacional 1.2.3 : Melhorar a coordenação entre produtores e utilizadores ;</b>	CNEST/INE	0	-	2 700 000	-	1 000 000	3 700 000
Promover a acção conjunta com todos os utilizadores de estatísticas e garantir a adequação da informação estatística para suas necessidades.	CNEST/INE						-
Desenvolver as actividades de sensibilização e formação dos utilizadores	CNEST/INE			1 000 000		1 000 000	2 000 000
Avaliar anualmente a satisfação dos utilizadores e a discrepância entre a oferta e a demanda de informações	CNEST/INE			1 700 000			1 700 000
<b>Objectivo operacional 1.2.4 : Reforçar a cooperação e a parceria.</b>			-	-	-	-	-
Implementar um quadro de diálogo e de coordenação com os PTF no domínio da actividade estatística e o seu financiamento	CNEST/INE	pm					
<b>TOTAL EIXO 1</b>		-	<b>5 800 000</b>	<b>11 100 000</b>	<b>6 000 000</b>	<b>10 000 000</b>	<b>32 900 000</b>

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Eixo estratégico 2 : Melhoria da produção estatística e da análise dos dados</b>							
<b>Objectivo estratégico 2.1. : Reforçar a produção estatística</b>		68 415 352	411 709 516	368 304 790	214 200 319	163 124 459	1 225 754 436
<b>Objectivo operacional 2.1.1 : Assegurar a regularidade das operações de censos e de inquérito adaptadas as necessidades</b>		65140352	390 984 516	351 629 790	199 925 319	148 449459	1 156 129436
<b>I- INQUÉRITOS ESTATÍSTICAS</b>							
<b><i>Inquérito Multiobjectivo (Trimestral- com módulos anexados)</i></b>	INE	21 384 479	58 872 300	58 872 300	58 872 300	58 872 300	256 873 679
<i>Estatísticas trimestrais do mercado do trabalho (Emprego, desemprego, sub-emprego)</i>	INE						0
<i>Estatísticas das condições de vida (condições de habitabilidade, acesso a água, electricidade, saneamento, posse de bens duráveis)</i>	INE						0
<i>Trabalho infantil 2012</i>	INE						0
<i>Uso do tempo 2012</i>	INE						0
<i>Turismo interno 2012</i>	INE						0
<i>Migrações 2013</i>	INE						0
<i>Ambiente 2013</i>	INE						0
<i>Módulo victimização no IMC</i>	INE						0
<i>Educação 2014</i>	INE						0
<i>Saúde 2014</i>	INE						0
<i>Hábito alimentar 2015</i>	INE						0
<i>Despesas e consumo dos agregados familiares 2015</i>	INE						0
							0
<i>Actualização cartográfica 2012</i>	INE						-
<i>Inquérito às despesas e receitas às famílias (IDRF 2013-2014)</i>	INE	5 027 173	117 696 987	59 204 471			181 928 631

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR 2013)	INE		57 000 000	17 000 000			74 000 000
Inquérito sobre as migrações 2014	INE			9 000 000			9 000 000
Cartografia da pobreza (IDRF2013/14_RGPH2010)	INE			2 500 000			2 500 000
Recenseamento Empresarial	INE		13 513 700				13 513 700
Inquérito transporte terrestre, Marítimo e aéreos			2 093 500	2 093 500	2 093 500	2 093 500	8 374 000
Inquérito de Conjuntura/Clima Económico	INE		2 096 569	2 096 569	2 096 569	2 096 569	8 386 276
Inquérito às Empresas	INE			7 250 630	7 250 630	7 250 630	21 751 890
Índice de Preços no Consumidor	INE	2 850 000	2 850 000	2 850 000	2 850 000	2 850 000	14 250 000
Inquérito à Satisfação e Gastos dos Turistas	INE		5 024 140			5 024 140	10 048 280
Inquérito à Movimentação de Hóspedes	INE		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Inquérito aos Estabelecimentos Turísticos	INE		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Índice de Produção Industrial	INE		1 762 320	1 762 320	1 762 320	1 762 320	7 049 280
Índice de Volume de Negócios	INE		1 600 000				1 600 000
Índice de Produção de Construção Civil	INE		1 600 000				1 600 000
Índice de Novas Encomendas para Construção Civil	INE		1 600 000				1 600 000
Índice de Preços no Produtor	INE		2 000 000				2 000 000
Índice de Preços de Moradias	INE		1 600 000				1 600 000
Índice de Novas Encomendas para a Indústria	INE		1 600 000				1 600 000
Cobertura vacinal (anual)	SAUDE		5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	20 000 000
Doenças não transmissíveis	SAUDE				9 000 000		9 000 000
Estudo sobre o Financiamento de Saúde	SAUDE			2 000 000			2 000 000
Recenseamento sobre Estruturas e Equipamentos de Saúde,	SAUDE			3 000 000			3 000 000
Inquéritos aos gastos das CM com a saúde	SAUDE				3 000 000		3 000 000
IDRF domínio saúde (Prevenção e Assistência, incluindo o sector farmacêutico)	SAUDE				6 000 000		6 000 000
Inquérito as Mutualidades de Saúde, seguradoras e INPS	SAUDE			3 000 000			3 000 000
Inquérito aos gastos do sector privado com a saúde	SAUDE		4 000 000				4 000 000
Inquérito ao custo dos doentes	SAUDE			4 000 000			4 000 000

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Avaliação económica da saúde	SAUDE					2 000 000	2 000 000
Inquérito para estimativa dos custos de saúde	SAUDE					0	0
Estudo da bio-ecologia comportamental dos vectores	SAUDE				4 000 000		4 000 000
Inquérito ao tratamento e destino do lixo hospitalar e das estruturas de saúde	SAUDE			2 500 000			2 500 000
Inquérito sobre os indicadores de prevenção do VIH/Sida	CCS-Sida				7 000 000		7 000 000
Recenseamento Geral da Agricultura	MDR		20 000 000	70 000 000	20 000 000		110 000 000
Inquérito Agricultura de Sequeiro	MDR		7 000 000	7 000 000	7 000 000	7 000 000	28 000 000
Inquérito Agricultura de Regadio	MDR		10 000 000	10 000 000	10 000 000	10 000 000	40 000 000
Inquérito sobre o Perfil do Produtor (Agro negocio)	MDR	2 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	22 000 000
Inquérito sobre os preços no produtor	MDR	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	25 000 000
Inventário Florestal	MDR						0
Inquérito sobre Efectivos de Pecuária	MDR			12 000 000			12 000 000
Inquérito sobre fruticultura	MDR		5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	20 000 000
Inquérito sobre culturas de Rendas( cana, vinho e café)	MDR		9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000	36 000 000
Inquérito sobre a Vulnerabilidade e a segurança Alimentar	MDR	2 000 000	5 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	13 000 000
Competências das Crianças à entrada do Ensino Básico	EDUCAÇÃO	3 378 700					3 378 700
Insucesso Escolar nos Ensinos Básico e Secundário - causas e consequências	EDUCAÇÃO		5 575 000				5 575 000
Impacto de ensino técnico no mercado de trabalho	EDUCAÇÃO		3 500 000				3 500 000
Impacto de violência juvenil no aproveitamento escolar	EDUCAÇÃO			6 500 000			6 500 000
Actualização da Carta Educativa	EDUCAÇÃO	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	10 000 000
Perfil Ambiental da Comunidade Educativa	EDUCAÇÃO					1 500 000	1 500 000
Inquérito à vitimização (MAI, PJ, PGR)	Justiça			9 000 000			9 000 000
Inquérito a satisfação (MAI, CSMJ)	Justiça		7 000 000				7 000 000
Inquérito ao consumo de estupefacientes	Justiça				7 000 000		7 000 000
Inquérito às Instituições Financeiras e Não Financeiras	BCV						0

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Recenseamento Geral da Frota (embarcações, operadores e infra-estruturas)	INDP		4 000 000		4 000 000		8 000 000
Inquérito sobre a Pesca Artesanal	INDP	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
Inquérito sobre a Pesca Industrial	INDP	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
Inquérito Socioeconómico e de Estudo de Mercado	INDP	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	25 000 000
Inquérito de Seguimento de Preços da Produção Pesqueira	INDP	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
Formação Profissional	IEFP			7 000 000			7 000 000
Necessidades em Formação Profissional	IEFP		3 000 000				3 000 000
Impacto de formação profissional no mercado de trabalho	IEFP			5 000 000			5 000 000
Actualização da Carta da Formação Profissional	IEFP	4 000 000					4 000 000
Custo real da Formação Profissional - Estado e Famílias	IEFP	3 500 000					3 500 000
Recenseamento de todas as unidades que fazem a formação profissional	IEFP		5 000 000				5 000 000
							0
<b>Objectivo operacional 2.1.2 : Melhorar a produção estatística actual, garantindo uma melhor cobertura temática e geográfica</b>		3 275 000	20 725 000	16 675 000	14 275 000	14 675 000	69 625 000
<b>RECOLHA DE DADOS DE FONTE ADMINISTRATIVA</b>							0
Desenvolvimento de interfaces INE-NOSI para recuperação e valorização de dados administrativos	INE						0
Implementação de um Plano de acção para as estatísticas vitais	INE		2 900 000				2 900 000
Anuário estatístico	INE		700 000	700 000	700 000	700 000	2 800 000
Estatísticas das contas nacionais	INE		pm	pm	pm	pm	0
Estatísticas das contas nacionais trimestrais	INE		3 700 000				3 700 000
Estatísticas das contas nacionais regionais	INE		2 700 000				2 700 000
Estatísticas do comércio externo	INE		pm				0
Estatísticas das contas nacionais da saúde	INE		pm				0
Estatísticas das contas satélite do turismo	INE		1 850 000				1 850 000
Estatísticas de produção e distribuição de água	INE		pm				0
Estatísticas de produção e distribuição de Energia	INE		pm				0

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Estatísticas de combustíveis	INE		pm				0
Estatísticas de resíduos	INE			6 000 000		6 000 000	12 000 000
							0
Implementação de um Plano de ação para as estatísticas do trabalho		1 200 000	900 000				2 100 000
<i>Estatística de acidentes de trabalho</i>	DGT/IGT						0
<i>Estatísticas de doenças profissionais</i>	DGT						0
<i>Estatísticas nas áreas das competências fiscalizadoras da IGT</i>	DGT						0
<i>Retribuições monetárias</i>	DGT						0
<i>Estatísticas representatividade sindical</i>	DGT						0
<i>Recuperação de dados e séries estatísticas a partir de 2007</i>	DGT						0
<i>Quadro de trabalho</i>	DGT						0
<i>Registo de pedido de emprego</i>	DGT						0
Aproveitamento dos dados administrativos para produção de estatísticas (Morbilidade, Mortalidade, Natalidade, RH)	SAUDE	pm	pm				0
Sistema de Informação Estatística Hospitalar	SAUDE	pm	pm				0
Sistema de informação sanitária	SAUDE						0
Aperfeiçoar a qualidade dos dados das estáticas vitais	SAUDE						0
Carta Sanitária	SAUDE			2 000 000			2 000 000
Estatísticas de produção de ovos, carne de frango, café e uvas	AGRICULT	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	7 500 000
Reformulação de instrumentos de recolha de dados (fichas)	EDUCAÇÃO	100 000			100 000		200 000
Produção de anuários da Educação	EDUCAÇÃO	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	1 250 000
Produção de Principais Indicadores da Educação	EDUCAÇÃO	225 000	225 000	225 000	225 000	225 000	1 125 000
Elaboração de Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional II	EDUCAÇÃO				5 500 000		5 500 000
Publicação das estatísticas da Justiça e Segurança	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Publicação das estatísticas dos tribunais (CSMJ)	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Publicação das estatísticas da PGR (CSMP)	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Publicação das estatísticas da Polícia Judiciária	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Publicação das estatísticas do MAI (Publicação das estatísticas da polícia nacional (DEF, OP, Fiscal , Mar, Florestal)	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Publicação das estatísticas da DGSPRS	Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Estatísticas monetárias e cambiais	BCV	pm					0
Estatísticas do sector externo (BoP)	BCV	pm					0
Compilação de Síntese financeira	BCV				0		0
Compilação das contas financeiras	BCV				0		0
Estatísticas de finanças públicas	MFP	pm	pm	pm	pm	pm	0
Estatísticas de central de balanços	BCV	pm					0
Estatísticas de licenças de pescas	INDP	pm					0
Estatísticas da biologia dos recursos haliêuticos	INDP	pm					0
Produção de anuários da Formação Profissional	IEFP	pm					0
Compilação de dados estatísticos sobre formação profissional	IEFP	pm					0
Registo de pedidos de formação	IEFP	pm					0
Registo de ofertas formativas	IEFP	pm					0
Estatísticas das acções de formação (formando, formador, área etc)	IEFP	pm					0
Perfil dos das pessoas/jovens que procuram enveredam para a FP	IEFP	pm					0
O percurso que as pessoas/jovens que enveredam pela FP, têm/fazem no mercado de trabalho/emprego;	IEFP	pm					0
Produzir o plano director	SSN		1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	6 000 000
Produzir os anuários estatísticos	SSN		1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	6 000 000
<b>Objectivo estratégico 2.2 : Melhorar a qualidade dos dados</b>		0	3 500 000	4 500 000	3 500 000	4 500 000	16 000 000
<b>Objectivo operacional 2.2.1 : Generalizar a aplicação do procedimento qualidade</b>		0	3 500 000	4 500 000	3 500 000	4 500 000	16 000 000
Publicar os meta dados actualizados (SGDD) e documentar as fontes, métodos e procedimentos de elaboração dos dados	INE						0
Preparar o SEN para a adesão à NSDD- FMI	INE		1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	6 000 000

<b>Eixo estratégico 2</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Publicar a cada 2 anos um relatório de síntese sobre a qualidade das estatísticas a nível do SEN (Agricultura, saúde, etc.)	CNEST		2 000 000		2 000 000		4 000 000
Inquérito sobre a satisfação dos utilizadores sobre a implementação da ENDE				1 000 000		1 000 000	2 000 000
Inquérito sobre os efeitos dos impactos da implementação da ENDE				2 000 000		2 000 000	4 000 000
<b>Objectivo estratégico 2.3 : Promover a análise aprofundada dos dados e a investigação</b>		0	1 400 000	1 400 000	600 000	600 000	4 000 000
<b>Objectivo operacional 2.3.1 : Desenvolver a investigação aplicada dentro do SEN e em parceria com os institutos e centro de investigação</b>		0	1 400 000	1 400 000	600 000	600 000	4 000 000
Estabelecer as parcerias com os centros de investigação e as universidades (assinatura de protocolos, viagem de estudo, etc.)	INE		800 000	800 000			1 600 000
Fazer análises aprofundadas e publicações através de parcerias com universidades e centro de investigação externos	INE		600 000	600 000	600 000	600 000	2 400 000
<b>TOTAL EIXO 2</b>		68415352	416 609 516	374 204 790	218 300 319	168 224459	1 245 754436

<b>Eixo estratégico 3 :</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Eixo estratégico 3 : Promoção da comunicação, a difusão e a utilização dos dados</b>							
<b>Objectivo estratégico 3.1 : Reforçar e implementar a estratégia de informatização do SEN</b>			50 000 000	250 000 000	100 000 000	14 556 532	414 556 532
<b>Objectivo operacional 3.1.1 : Elaborar e implementar um plano tecnológico do SEN</b>		<b>0</b>	50 000 000	250 000 000	100 000 000	14 556 532	414 556 532
Actividade 3.1.1.1 : Elaborar e adoptar o Plano Tecnológico do SEN	INE/ CNEST	<b>Pm</b>					0
Actividade 3.1.1.2 : Implementar o Plano tecnológico	INE/ CNEST		50 000 000	250 000 000	100 000 000	14 556 532	414 556 532
<b>Objectivo operacional 3.1.2: Reforçar o arquivamento numérico dos dados</b>		pm	pm	0	0	0	0
Actividade 3.1.2.1: Actualizar as bases de dados e os metadados a nível do INE e nas estruturas sectoriais	INE	pm	pm				-
<b>Objectivo estratégico 3.2 : Reforçar a difusão dos dados e a comunicação</b>		0	4 000 000	7 500 000	5 000 000	5 000 000	21 500 000
<b>Objectivo operacional 3.2.1 : Assegurar uma difusão direccionada da informação estatística.</b>		0	0	0	0	0	0
Actividade 3.2.1.1 : Elaborar um documento de político de difusão do SEN	INE	pm					0
Actividade 3.2.1.2 : Elaborar e implementar um plano de difusão	INE		pm				0
<i>Actividade 3.2.1.3 : Elaborar e publicar regularmente um catálogo de publicações estatísticas;</i>	INE						0
<i>Actividade 3.2.1.4 : Implementar uma base de dados centralizada (dos ODINE)</i>	INE						0

<b>Eixo estratégico 3 :</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Actividade 3.2.1.11 : Envolver os órgãos de imprensa (rádio, televisão, imprensa escrita)</i>	INE						0
<i>Actividade 3.2.1.15 : Divulgar os anuários estatísticos</i>	INE						0
<i>Actividade 3.2.1.14 : Divulgar os planos directores produzidos</i>	INE						0
<i>Actividade 3.2.1.16 : Difusão de notas e outras publicações infra anuais (IPC, conjuntura, índices e estatísticas do comércio externo, etc..)</i>	INE						0
<i>Actividade 3.2.1.17 : Divulgar outras publicações nacionais anuais e infra anuais</i>	INE						0
<b>Objectivo operacional 3.2.2 : Melhorar a comunicação interna e externa</b>		0	4 000 000	7 500 000	5 000 000	5 000 000	21 500 000
Actividade 3.2.2.4 : Organizar encontros com a imprensa relativamente a produtos estatísticos	INE		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000
Actividade 3.2.2.5 : Assegurar a publicação regular de um órgão de ligação (newsletter) do SSN (publicação dos dados estatísticos, eco sobre as actividades estatísticas,	INE		3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	12 000 000
Actividade 3.2.2.8 : Realizar filmes documentários sobre as estatísticas	INE			2 500 000			2 500 000
Actividade 3.2.2.7 : Elaborar e divulgar comunicados sobre as publicações estatísticas	INE			1 000 000	1 000 000	1 000 000	3 000 000
<b>Objectivo estratégico 3.3 : Promover a utilização dos dados estatísticos</b>		700 000	2 050 000	3 700 000	3 700 000	3 700 000	13 850 000

<b>Eixo estratégico 3 :</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Objectivo operacional 3.3.1 : Assegurar a actualização dos indicadores de seguimento dos documentos políticos (DECRP e OMD).</b>		0	0	2 000 000	2 000 000	2 000 000	6 000 000
Actividade 3.3.1.1 : Actualizar e divulgar os indicadores de seguimento dos indicadores do DECRP e dos OMD		pm					0
Dar um apoio de proximidade aos utilizadores de dados	INE			2 000 000	2 000 000	2 000 000	6 000 000
<b>Objectivo operacional 3.3.2 : Promover a cultura estatística</b>		700 000	2 050 000	1 700 000	1 700 000	1 700 000	7 850 000
Organizar um fórum sobre a estatística			350 000				350 000
Organizar o dia Africano da estatística	INE	700 000	700 000	700 000	700 000	700 000	3 500 000
Organizar o dia Mundial da estatística	INE	pm	pm	pm	pm	pm	0
Organizar a jornada estatística da educação	EDUCAT	pm	pm	pm	pm	pm	0
Organizar a Jornada estatística da saúde	SAUDE	pm	pm	pm	pm	pm	0
Organizar a Jornada Mundial da População	INE		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000
<b>TOTAL EIXO 3</b>		700000	56 050 000	261 200 000	108 700 000	23 256 532	449 906 532

Eixo estratégico 4 :	Estrutura responsável	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
<b>Eixo estratégico 4 : Reforço das capacidades em recursos humanos, matérias e financeiras</b>							
<b>Objectivo estratégico 4.1 : Melhorar a gestão dos recursos humanos estatísticas (INE e ODINE)</b>		-		4 500 000	21 500 000	1 500 000	27 500 000
<b>Objectivo operacional 4.1.1 : Implementar uma gestão centralizada do pessoal estatístico do SEN</b>	-	-	-	3 000 000	20 000 000	-	23 000 000
Elaborar a gestão centralizada do pessoal estatístico	INE/ Consultant			3 000 000			3 000 000
Implementar a gestão centralizada	INE				20 000 000		20 000 000
<b>Objectivo operacional 4.1.2 : Valorizar a profissão de estatístico</b>	-	-	-	1 500 000	1 500 000	1 500 000	4 500 000
Acompanhar regularmente a evolução do efectivo dos estatísticos	INE						-
Montar um sistema de mobilidade do pessoal estatístico do SEN	INE						-
Instituir preços de excelência na Jornada Africana da estatística (redacção de artigos ou temas de análise à premiar)	INE			1 500 000	1 500 000	1 500 000	4 500 000
							-
<b>Objectivo estratégico 4.2 : Implementar o Plano de Formação - Reforço das capacidades humanas do SEN</b>		-	11 440 000	44 890 905	94 980 229	45 000 000	196 311 134
<b>Objectivo operacional 4.2.1 : Elaborar e implementar um novo plano de formação profissionalizante ao benefício do SEN</b>		-	-	32 000 000	40 000 000	40 000 000	112 000 000
Elaborar e adoptar um plano de formação profissionalizante	INE			2 000 000			2 000 000
Formar quadros a nível nacional (Bolsas de estudo e funcionamento)	INE			20 000 000	20 000 000	20 000 000	60 000 000
Formar quadros estatísticos e demógrafos nas escolas de estatística	INE			10 000 000	20 000 000	20 000 000	50 000 000
<b>Objectivo operacional 4.2.2 : Actualizar e implementar o plano de formação contínua para o benefício do SEN</b>		-	-	2 500 000	-	-	2 500 000
Elaborar e adoptar um plano de formação contínua	CNEST/INE			2 500 000			2 500 000
Implementar um plano de formação contínua	INE						-
							-
<b>Objectivo operacional 4.2.3 : Reforçar as estruturas estatísticas do SEN em recursos humanos.</b>		-	11 440 000	10 390 905	54 980 229	5 000 000	81 811 134
Facultar uma assistência técnica pontual as estruturas estatísticas sectoriais (ODINE)	INE		5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	20 000 000
Recrutamento de Técnicos Superiores Estatísticos e Economistas p/ o SE.N	INE				41 875 327		41 875 327

<b>Eixo estratégico 4 :</b>	<b>Estrutura responsável</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>TOTAL</b>
Recrutamento de técnicos Superiores p/Delegação nas ilhas	INE				8 104 902		8 104 902
Recrutamento de técnicos auxiliares de estatística	INE			5 390 905			5 390 905
Missão de assistência Técnica c/ duração de 5 dias úteis	INE		3 400 000				3 400 000
Visita de Estudos (2 técnicos)	INE		3 040 000				3 040 000
							-
<b>Objectivo estratégico 4.3 : Reforçar as capacidades financeiras e matérias</b>		-	-	650 000	10 000 000	260 000 000	270 650 000
							-
<b>Objectivo operacional 4.3.1 : Implementar um mecanismo de financiamento da estatística</b>		-	-	650 000	-	-	650 000
Elaborar uma estratégia de financiamento das actividades estatísticas	INE			650 000			650 000
Implementar um mecanismo de financiamento da estatística	INE/ CNEST						-
							-
<b>Objectivo operacional 4.3.2 : Reforçar as estruturas do SSN em recursos matérias</b>		-	-	-	10 000 000	10 000 000	20 000 000
Implementar o plano tecnológico	INE						-
Equipar o INE em material rolante	INE				10 000 000	10 000 000	20 000 000
<b>Objectivo operacional 4.3.3 : Reforçar os esforços de melhoria do quadro de trabalho das estruturas do SEN.</b>		-	-	-	-	250 000 000	250 000 000
Construção/Aquisição de sede própria	INE					250 000 000	250 000 000
<b>TOTAL EIXO 4</b>		-	11 440 000	50 040 905	126 480 229	306 500 000	494 461 134

ANEXO 2 : Quadro nº8: Principais produções estatísticas no decorrer da implementação da Agenda estatística 2006-2011

Nº	Nome da Estrutura	ANOS					
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	<b>Instituto Nacional da Estatística</b>						
	<b><i>Direcção das Contas Nacionais, Estatísticas Económicas e Serviços</i></b>						
	IAE 2006 -2007 Inquérito Anual as Empresas		x				
	III R.E ano de referência 2007 Censo Económico			x	x		
	Contas Nacionais anuais 2005, 2006, 2007				x		
	Implantação do novo ano de base da IPC (2007) – COICOP 12 posições			x			
	Produção mensal do novo índice						
	Início do novo ano de base das contas nacionais 2007					x	
	Estatísticas comuns do comércio externo – boletim anual e folheto de informação rápido, mensal /trimestral	x	x	x	x	x	x
	Estatísticas comuns do fluxo turístico boletim semestral Boletim semestral / trimestral e boletim anual e do inventário anual	x	x	x	x	x	x
	<b><i>Direcção das estatísticas demográficas e sociais</i></b>						
	QUIBB	x	x				
	Inquérito aos factores de risco às doenças não transmissíveis (STEP-OMS)		x				
	Inquérito ao Emprego			x			
	Inquérito ao Sector Informal				x		
	Carta Social (Censo dos equipamentos sociais)				x		
	Recenseamento Geral da População e Habitação				x		
	Inquérito sobre os indicadores de prevenção do VIH (APIS)				x		
2	<b>Ministério da Educação e Desporto</b>						
	<b><i>Direcção Geral da Planificação, Orçamento e Gestão</i></b>						
	Recenseamento escolar						x
	Anuário estatístico	x	x	x	x	x	x
	Principais indicadores da educação	x	x	x	x	x	x
3	<b>Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos</b>						
	<i>Instituto Nacional de Previdência Social</i> -Boletim Estatística	x					x
	Inquérito Semestral ao Emprego	x		x			
	Inquérito às necessidades de formação e quadro do pessoal		x				
	Estudo de Impacto da formação técnica e profissional em Cabo Verde						
	Estatísticas Registadas de emprego e formação			x	x	x	
	Carta da Formação Técnico Profissional (2004-2008)				x		
	Diagnóstico de Género -Sector do ETP em Cabo Verde				x		
4	<b>MINISTERIO DA SAÚDE</b>						
	<b><i>Serviço da informação e de estatística</i></b>						
	Relatório Estatístico Anual do Ministério da Saúde	x	x	x	x	x	x
	Boletim Epidemiológico	x	x				

ANEXO 3: Quadro 9 : Produção estatística, Periodicidade e data de publicação

Nº	Produções estatísticas / publicações mencionando o ano de referência	Ano da última publicação	Periodicidade (mensal, trimestral, semestral, anual, outros)	Tempo entre o período de referência e data de publicação
1	<b>Ministério da Saúde</b>			
	<i>Serviço da informação e da estatística</i>			
	<i>Relatório Estatístico Anual do Ministério da Saúde</i>	2009	Anual	6 meses
	<i>Boletim Epidemiológico</i>		Trimestral e anual	
2	<b>Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos</b>			
	<i>Inquérito ao Emprego</i>	2008	Anual	4 meses
	<i>Inquérito as necessidades de formação e quadro do pessoal</i>	2007	Realizado 1 vez	5 meses
	<i>Estudo de Impacto da formação técnica e profissional em Cabo Verde</i>	2010	Realizado 1 vez	7 meses
	<i>Estatísticas Registadas de emprego e formação</i>	2011	Trimestral	1 mês
	<i>INPS-Boletim estatísticos</i>	2011	Trimestral	5 meses
3	<b>Ministério da Educação e Desporto</b>			
	<i>Anuário estatístico</i>	2010	Anual	um ano lectivo
	<i>Principais indicadores da educação</i>	2010	Anual	um ano lectivo
5	<b>Instituto Nacional de Estatística</b>			
	<i>QUIBB</i>	2008		1 ano
	<i>Inquérito factores de riscos das doenças não transmissíveis (STEP-OMS)</i>	2007		
	<i>Inquérito ao Emprego</i>	2010		
	<i>Inquérito Sector Informal</i>	2010		
	<i>Carta Social (Censo dos equipamentos sociais)</i>	2011		2 anos
	<i>Recenseamento Geral da População e do Habitação</i>	2011		Alguns meses
	<i>Inquérito sobre os indicadores de prevenção do VIH</i>	2010		Alguns meses
	<i>Perspectivas demográficas de Cabo Verde 2000-2010</i>	2008		
	<i>Inquérito anual às empresas de 2008</i>	2010		2 anos
	<i>Inquérito anual às empresas de 2008 de 2009 – (em fase de tratamento)</i>			
	<i>Inquérito anual às empresas de 2010 (em fase de recolha de dados)</i>			
	<i>IPC (Índice de Preço ao Consumidor)</i>	2011	mensal	10 dias
	<i>Estatísticos comuns do comércio externo boletim trimestral 2011</i>	Fim de Outubro-Nov. de 2011	Mensal	10 dias

### **Princípios fundamentais da estatística oficial**

*A Comissão de Estatística,*

*Considerando que a informação estatística oficial é uma base indispensável para o desenvolvimento nos sectores económico, demográfico, social e ambiental, bem como para o conhecimento mútuo e as trocas entre os Estados e os povos do mundo,*

*Considerando que a necessária confiança do público na informação estatística oficial depende em grande medida do respeito pelos valores e princípios fundamentais que são a base de qualquer sociedade que busca entender-se e respeitar os direitos dos seus membros,*

*Considerando que a qualidade da estatística oficial e por conseguinte a da informação facultada aos organismos públicos, ao sector económico e ao público, depende em grande parte da colaboração dos cidadãos, empresas e outros intervenientes ao fornecerem dados adequados e confiáveis para a compilação das estatísticas necessárias e da cooperação entre utilizadores e produtores de estatísticas, a fim de atender às necessidades dos utilizadores,*

*Recordando os esforços desenvolvidos pelas organizações governamentais e não-governamentais encarregues das estatísticas, para estabelecer normas e conceitos que permitem comparações entre países*

*Recordando também a declaração de ética profissional do Instituto Internacional de Estatística*

*Tendo considerado que a resolução C (47) adoptada pela Comissão económica para a Europa, em 15 de Abril de 1992, reveste-se de uma importância universal,*

*Observando que na sua oitava sessão, realizada em Bangkok em Novembro de 1990, o grupo de peritos estatísticos, encarregado pela Comissão de estatística da Comissão económica e social para a Ásia e o Pacífico (CESAP) de examinar os*

*princípios fundamentais, concordaram em princípio com a versão da CEE e estipula que esses princípios são aplicáveis a todos os países,*

*Observando igualmente que na sua oitava sessão realizada em Addis-Abeba em Março de 1994, a Conferência mista dos planificadores, estatísticos e demógrafos africanos considerou que os princípios fundamentais da estatística oficial revestem-se de uma importância universal.*

*Adopta os princípios seguintes da estatística oficial:*

*1. A estatística oficial constitui um elemento indispensável do sistema de informação de uma sociedade democrática, fornecendo às administrações públicas, ao sector económico e ao público dados sobre a situação económica, demográfica, social e ambiental. Para este efeito, as organizações responsáveis pelas estatísticas oficiais devem estabelecer estatísticas oficiais de acordo com um critério de utilização prática e torná-las disponíveis com toda a imparcialidade, com vista a tornar efectivo o direito de acesso dos cidadãos à informação pública.*

*2. Para se manter a confiança na informação estatística oficial, os organismos responsáveis pelas estatísticas devem determinar, com base em considerações puramente profissionais, nomeadamente os princípios científicos e as regras deontológicas, os métodos e procedimentos de recolha, processamento, armazenamento e apresentação dos dados estatísticos.*

*3. Para facilitar a correcta interpretação dos dados, os organismos responsáveis da estatística devem fornecer, de acordo com as normas científicas, informações sobre as fontes, métodos e procedimentos que utilizam.*

*4. Os organismos responsáveis pelas estatísticas têm o direito de fazer observações sobre as interpretações erróneas e os usos abusivos das estatísticas.*

*5. Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser extraídos de qualquer tipo de fonte, seja de inquéritos estatísticos ou de registos administrativos. Os organismos responsáveis pela estatística devem escolher a sua fonte, tendo em conta a qualidade dos dados que podem proporcionar, a sua actualidade, os custos e os encargos para os inquiridos,*

6. Os dados individuais recolhidos para a compilação de estatísticas pelos organismos responsáveis e que se refiram a pessoas singulares ou colectivas, devem ser estritamente confidenciais e só podem ser utilizados para fins estatísticos.

7. As leis, regulamentos e quaisquer disposições que regem o funcionamento dos sistemas estatísticos devem ser levados ao conhecimento do público.

8. Dentro de cada país, é essencial que as actividades dos diferentes organismos responsáveis pelas estatísticas estejam coordenadas de modo a garantir a coerência e eficiência do sistema estatístico.

9. O uso, pelos organismos responsáveis pelas estatísticas de cada país, dos conceitos, classificações e métodos definidos ao nível internacional, favorece a coerência e a eficácia dos sistemas estatísticos oficiais em todos os níveis.

10. A cooperação bilateral e multilateral no domínio da estatística contribui para a melhoria dos sistemas estatísticos oficiais em todos os países.

**Fonte** : Conselho extraordinário das Nações Unidas, sessão realizada em Nova Iorque, de 11 a 14 de Abril de 1994.

## ANEXO 5 : Processos de elaboração da ENDE

- A revisão da Lei Estatística em 2009 reforça formalmente o papel do INE como coordenador central das estatísticas oficiais;
- Os regulamentos de aplicação da Lei Estatística (criação de ODINE, Realização de Inquéritos por Entidades Públicas, Utilização de dados de fonte administrativa, o estatuto do INE, ...); foram adoptados pelo CNEST em Maio de 2010 e aprovação pelo Governo;
- A Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística, denominada Agenda Estatística 2006-2011 foi avaliada em 2010;
- A Nova Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística para 2012-2016 alinhada com o DECRP-III (2012-2016) e os ciclos de programação e orçamental, o UNDAF 2012-16, Novo programa País- União Europeia-CV 2012-2014.
- A Agenda Estatística 2012-2016 deverá :
  - Cobrir a totalidade do Sistema Estatístico Nacional;
  - Ser elaborada de maneira participativa, ou seja implicando todos os sectores e todas as partes interessadas (produtores e utilizadores);
- Para as estatísticas das áreas que apresentam lacunas, foi recomendado Estratégias sectoriais: Agricultura, Justiça, Saúde, Trabalho, Cultura e lazeres, ambiente...
- Para as contas nacionais : mudança do ano de base (2007) e passagem do Sistema de contabilidade nacional (SCN) 1968 para o SCN 2008.
  - Elaboração das contas nacionais trimestrais ;
  - Índice da produção industrial, índice do comércio externo, Índice da construção;
  - Elaboração das estatísticas do ambiente e das contas satélites do ambiente
  - Contas satélites do turismo e Índice do turismo;
  - Inquéritos trimestrais ao emprego ;
  - Realização de inquéritos integrados multi-objectivos (emprego, condição de vida dos agregados familiares, pobreza, etc.) ;
  - Inquérito as despesas e receitas familiares (IDRF-2013/14);
  - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva 2013.
- As informações estatísticas necessárias para o seguimento do DECRP-III, que serão função dos eixos estratégicos identificados cuja finalidade é a “transformação da economia de Cabo Verde”.
- O seguimento dos indicadores da matriz do Grupo de Apoio Orçamental (GAO)

- Processo participativo
- Ter o CNEST como coordenador do processo de elaboração
- Elaboração feita por: (i) uma equipa coordenada pelo INE incluindo o Coordenador da ENDE, (ii) pontos focais dos sectores, (iii) consultores internacionais, e (iv) consultores nacionais se necessários
- Dispor de um mecanismo de validação das principais etapas pelo CNEST e partes envolvidas através de ateliers de produtores-utilizadores e ateliers de validação ;
- Em articulação com o DRSP-III e os ciclos de programação orçamental;
- Ser aprovada oficialmente pelo governo ;
- Ser divulgada.

### Arranque do processo

- Definição de uma *feuille de route* para a elaboração da Agenda Estatística 2012-2016. Neste particular o INE beneficiou da colaboração da Comissão Económica das NU para África- Maio 2011;
- Validação da *feuille de route* pelo CNEST;
- Mobilização de recursos para a elaboração da Agenda-Centro de Políticas Estratégicas;
- Recrutamento de um consultor para a elaboração de uma nova Estratégia de Desenvolvimento das Estatísticas (Agenda 2012-2016).

### Diagnóstico do SEN

- Organização de encontros com os sectores produtores de estatísticas, os principais utilizadores, parceiros de apoio ao desenvolvimento;
- Diagnóstico da produção estatística a nível do Sistema Estatístico Nacional;
- Relatório diagnóstico da situação do SEN em Julho 2012;
- Visita de estudo para se inteirar da experiência do Senegal no que tange às exigências para a adesão à Norma Especial de Difusão dos dados do FMI (NSDD).

### Actualização do diagnóstico

- Discussão e validação do diagnóstico num atelier produtores e utilizadores de dados estatísticos e de elaboração de um plano de acção sectorial, envolvendo todo o SEN - Setembro de 2012;

- Submissão e Aprovação do diagnóstico pelo CNEST-Setembro de 2012;
- Formulação da visão e definição das estratégias;
- Mecanismo de financiamento ;
- Elaboração do documento ;
- Atelier de validação da Agenda Estatística 2012-2016 ;
- Aprovação pelo CNEST e Governo.

ANEXO 6 : Quadro nº10 : Principais necessidades cobertas pela implementação da Agenda estatística 2006-2011

Nº	Título da operação estatística	Ano de realização	Satisfação das necessidades		
			DECRP	OMD	Políticas nacionais e sectoriais
1	Inquérito ao Emprego	2005, 2006 e 2008, 2009, 2010		x	x
2	Inquérito às Necessidades de Formação e Quadro do Pessoal	2007		x	x
3	Estudo de Impacto da Formação Técnica e Profissional em Cabo Verde	2010		x	x
4	Estatísticas Registadas de Emprego e Formação	2008 (Ano de referência)/anualmente			x
5	Inquérito Contínuo Multi-Objectivos IMOC- Modulo Emprego	2011	x	x	x
6	Condições de Vida dos Agregados Familiares	2006, 2007	x	x	x
7	Despesas e Consumo das Famílias	2007	x	x	x
8	Hábitos Alimentares	2007		x	x
9	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva	2005	x	x	x
10	Contas Nacionais	2006, 2007, 2008, 2009	x	x	x
11	Estatísticas de Empresas	2007, 2008, 2009,2010, 2011			x
12	Estatísticas do Turismo	2009, 2010, 2011			x
13	IPC	corrente	x		x
14	Estatísticas do comércio externo	corrente			x
15	Inquérito às Despesas e a Satisfação dos Turistas	2008			x
16	Inquérito de Avaliação da Cobertura Vacinal	anual	x	x	x
17	Recenseamento Geral da População e Habitação	2010	x	x	x
18	Estatísticas da Saúde	anual	x	x	x
19	Estatísticas da Educação	anual	x	x	x

ANEXO 7 :Quadro nº11 : Lista das estruturas que participaram na elaboração da ENDE

INSTITUIÇÃO	NOME
Centro de Políticas Estratégicas	Manuel Pinheiro Jandira Sanches
DGPOG- Ministério da Saúde	Serafina Alves Paulo Soares
DGPOG-Ministério da Educação	Pedro Brito Domingas Fernandes
DGPOG-Ministério do desenvolvimento Rural	Iria Mendes Rosaline Veiga
DGPOG- Ministério da Justiça	David Reis
Direcção Geral do Trabalho (DGT)	Mónica Ramos
Ministério da Administração Interna	Cilá Russo
Conselho Superior da Magistratura Judicial	Joaquim Semedo
Polícia Nacional	José Rui Alves
Direcção Estrangeiros e Fronteiras	Augusto Teixeira
Inspecção Geral do Trabalho	João Carvalho
Universidade de Cabo Verde	Judite Nascimento
Direcção Nacional do Planeamento	Lágida Monteiro Carlos Furtado
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas	Vera Gominho
INPS (Instituto Nacional de Previdência Social)	Frédéric Santos Denise Nascimento
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Alice Varela
Câmara do Comércio	Mónica Vicente Rosário Luz
Sistema das Nações Unidas	Narjess Saidane Adelaide Ribeiro
FAO	Luciano Dias da Fonseca
OMS	Vera Andrade
Comissão da União Europeia	Séverine Arnal Marco António
Presidente do CNEST	Manuel Varela Neves
Gabinete do Presidente do INE	António dos Reis Duarte Adilson da Penha Lopes
DGMI_INE	João Baptista de Pina Leonilde Lima Clodomir Pereira
DAF- INE	Khyra Mendes Isis Rodrigues Carlos Craveiro
DEDS-INE	René Charles Sylva Mariana Neves Noemi Ramos Orlando Monteiro Carlos Mendes Jacques Santos

INSTITUIÇÃO	NOME
DCNEE-INE	Silvina Santos
Banco de Cabo Verde	Ana Semedo Celso Soares
Consultor para a elaboração da ENDE	Hamado Sawadogo